

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito dos Projetos (Per)cursos da graduação em História: entre a iniciação científica e a conclusão de curso, referente ao EDITAL Nº 002/2017 PROGRAD/DIREN/UFU e *Entre a iniciação científica e a conclusão de curso: a produção monográfica dos Cursos de Graduação em História da UFU*. (PIBIC EM CNPq/UFU 2017-2018). (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

Ambos visam à digitalização, catalogação, disponibilização online e confecção de um catálogo temático das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS ARTES
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

CRÍTICA ÀS ABORDAGENS NAS ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO
E FUNDAMENTAL SOBRE AS ORGANIZAÇÕES NEGRAS NO
SÉCULO XVIII EM MINAS GERAIS CHICO REI, UMA
ALTERNATIVA PARA AUXILIAR O LIVRO DIDÁTICO NO
ENSINO DE HISTÓRIA

Monografia de conclusão de curso
apresentada junto ao Departamento de
História da Universidade Federal de
Uberlândia para obtenção do título de
graduada em História, sob a orientação
do Prof. Dr. Altides Freire Ramos

CARLA ROBERTA RABELO ALVES
UBERLÂNDIA
1998

121
1213
Requisito para
REGUEMI/UFU

5.15
Leah

2

LABORATÓRIO DE ENSINO E APRENDIZAGEM DE HISTÓRIA - UFU	
N.º	
Data	15/06/98

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

CRÍTICA ÀS ABORDAGENS NAS ESCOLAS DO ENSINO MÉDIO
E FUNDAMENTAL SOBRE AS ORGANIZAÇÕES NEGRAS NO
SÉCULO XVIII EM MINAS GERAIS. CHICO REI, UMA
ALTERNATIVA PARA AUXILIAR O LIVRO DIDÁTICO NO
ENSINO DE HISTÓRIA.

CARLA ROBERTA RABELO ALVES
UBERLÂNDIA
1998

BANCA EXAMINADORA

Alcides Freire Ramos

Alcides Freire Ramos

Rosangela Patriota

Rosangela Patriota

Wenceslau Gonçalves Neto

Wenceslau Gonçalves Neto

Uberlândia, 12 de Fevereiro de 1998

Resultado: _____

Esta monografia é dedicada à Silma e
Antônio (meus pais).

AGRADECIMENTOS

Inicialmente meus agradecimentos são para o Prof. Dr. Alcides Freire Ramos , que com paciência e perseverança me apoiou e me incentivou a desenvolver meu trabalho.

Aos meus amigos Márcio Abel, Florisvaldo Paulo e Angela Bernardes, pela ajuda e incentivo, imprescindíveis para a realização deste trabalho.

Às professoras Angelina e Rosa que foram as grandes incentivadoras para que eu ingressasse na Universidade. Sou-lhes muito grata.

Um agradecimento todo especial a Deus.

ÍNDICE

Introdução	07
Capítulo I	
Livro Didático e o Tema da Escravidão nas Minas Gerais no Século XVIII: Uma Crítica Necessária	09
Capítulo II	
As Irmandades na Sociedade Escravista Mineira	27
Capítulo III	
<i>Chico Rei</i> , Uma Representação da Sociedade Escravista Mineira	51
Conclusão	71
Bibliografia	73

INTRODUÇÃO

Em sua dinâmica, a História transforma o homem em agente participativo e vivenciador do presente e ao mesmo tempo transmissor dos fatos passados.

Na formação escolar, a História vem sendo transmitida de uma maneira onde a realidade nem sempre se mostra em sua plenitude.

Percebemos em nosso ensino o quanto nossos professores ainda dependem dos livros didáticos, e, ao mesmo tempo, estes não tratam por completo os acontecimentos históricos.

Pretendo com esse trabalho mostrar a importância de se usar outras fontes que não sejam apenas livros didáticos para a formação de alunos do ensino médio e fundamental.

Os livros têm a sua utilidade, porém deixam lacunas que devem ser preenchidas com outros recursos de informações. A tecnologia nos apresenta esta opção através de cinema, teatro, televisão, literaturas diversas e outros.

Apontarei falhas dos livros didáticos em relação ao tema escravidão no século XVIII em Minas Gerais e apresentarei o filme do Cinema Novo *Chico Rei* de Walter Lima Junior.

Os autores de livros didáticos que retratam a época, não se atêm as organizações dos escravos das Minas e muitos nem citam as Irmandades (tema central desta monografia).

Neste sentido, a pesquisa acerca do tema: *Crítica às Abordagens nas Escolas do Ensino Médio e Fundamental Sobre as Organizações Negras no Século XVIII em Minas*

Gerais: Chico Rei, Uma Alternativa Para Auxiliar o Livro Didático no Ensino de História, tem como finalidade ajudar o professor mostrando-lhe novas perspectivas sobre o assunto supracitado.

No primeiro instante farei análise acerca dos livros didáticos que descrevem sobre o assunto e concomitantemente apontarei falhas dos mesmos, reforçando assim a necessidade de fontes diferentes de pesquisa. E ainda relatarei algumas experiências de ensino alternativo como por exemplo o uso de vídeo em sala de aula.

No segundo instante farei análise sobre a bibliografia especializada sobre o assunto *As Irmandades em Minas Gerais no século XVIII*. Neste contexto mostrarei sua criação, formação, finalidades, etc., e também a participação da população negra e branca dentro das mesmas.

No terceiro momento, farei análise do filme *Chico Rei* e o apresentarei como fonte complementar que possa vir auxiliar numa melhor formação dos alunos do ensino médio e fundamental em relação ao assunto tratado.

Chico Rei fala das organizações dos negros, tanto em quilombos como também através das Irmandades. Portanto, o filme neste caso, seria de grande importância aos professores.

CAPITULO I

LIVROS DIDÁTICOS E O TEMA DA ESCRAVIDÃO NAS MINAS GERAIS NO SÉCULO XVIII: UMA CRÍTICA NECESSÁRIA

Há muito tempo o livro didático vem sendo utilizado pelos professores do ensino médio e fundamental como suporte para o trabalho em sala de aula. Neste capítulo, inspirada pelos artigos de vários autores como Adalberto Marson, Carlos Vesentini, Katia Abud, Selva Guimarães Fonseca, Edmundo Epifâneo Dias, Severino Garcia Neto, Jean Claude Bernardet e Alcides Freire Ramos, tentarei mostrar os problemas dessa utilização em massa, bem como sua principal consequência, a história factual dominante.

Katia Abud, em seu artigo *O Livro Didático e a Popularização do Saber Histórico* nos mostra o quanto o livro didático exerce o papel de divulgação e manutenção da ideologia da classe dominante.

“Instrumento de trabalho indispensável, pois não há professor que nele não se apoie, o livro didático tem sido um dos mais utilizados canais de transmissão e, sobretudo, de manutenção dos mitos e estereótipos que povoam a História do Brasil.

O livro didático é um dos responsáveis pelo conhecimento histórico que constitui o que poderia ser chamado de conhecimento do homem comum. Esse

homem comum, em geral, vê a história como uma epopéia ou como um suceder de fatos pitorescos, cujos personagens principais são os vultos históricos, os heróis que movem a História. A narração dos feitos desses indivíduos constituiria, então, a História para esse homem comum”¹.

Por duas razões principais esse problema vem se perpetuando:

1) O professor, por enfrentar deficiências na sua formação profissional, bem como más condições de trabalho, tende a se apoiar nos livros didáticos. Conseqüentemente, torna-se reforçador da História factual dominante apresentada no livro e este torna-se a única fonte confiável aos olhos do educador e de seu educando;

2) O livro didático tem como principal objetivo sua boa aceitação no mercado. Portanto, adere às pressões específicas como: adequação de linguagem, simples assimilação dos órgãos oficiais, ... Tais exigências levam sempre ao livro factual, de fácil compreensão, sem o comprometimento com a crítica, ou seja, uma simples narração de apenas uma face da História. É como se na moeda existisse apenas uma face.

“A cultura e os hábitos são descritos do ponto de vista da classe dominante... E, muito embora se ressalte que os ‘barões de café’ tinham como sustentáculo o trabalho escravo, falta o que já existe para os operários: a visão de suas condições de vida e dos movimentos sociais que aqueles tenham

¹ ABUD, Kátia M. “O Livro Didático e a Popularização do Saber Histórico”. In: SILVA, Marcos Antônio (org.) Repensando a História. ANPUH, Núcleo de São Paulo, Ed. Marco Zero, Rio de Janeiro, 1984. P. 81.

provocada. A participação dos escravos na abolição é ignorada pelos livros, salvo honrosas exceções”².

Carlos Vesentini aborda esse assunto no artigo *Escola e Livro Didático de História*. Para ele, o livro didático está bastante comprometido com a História factual e exerce grande influência sobre aluno e professor.

O livro tem adquirido o papel principal. E ele quem detém o saber. É comum ouvir os professores dizendo frases como “está no livro”, “veja no livro”, o “livro está certo” e varias outras atribuindo o saber ao livro.

“Desta forma, o conhecimento apresenta-se fora da relação entre professores e alunos e impõe-se aos dois pólos. O livro didático vai expressar essa exterioridade e torna-se fonte decisiva para ambos”³.

O mais importante que deve ser ressaltado é que esta fonte decisiva está voltada para apenas um enfoque, deixando uma parte da História esquecida, impedindo o bom conhecimento sobre o fato como um todo.

² Ibidem. P.84.

³ VESENTINI, Carlos Alberto. “Escola e Livro Didático de História”. In: SILVA, Marcos A. (org.). Repensando a História. ANPUH, Núcleo de São Paulo, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984. P.74.

"Acho ter evidenciado essa operação de projeção de uma categoria, de um tema, memória do vencedor. Reelaborada e recuperada constantemente pelo poder. E não é o livro didático quem se oporá a ela, antes a repete. Mas essa reiteração passa primeiro por simplificar esses temas, os quais no seu momento eram bastantes complexos. E nessa operação cada um deles toma o sentido unitário recebido por nós, com o qual o vemos - passo necessário para sua 'fatualização'".

Em outro artigo, *História e Ensino: O Tema do Sistema Visto Através de Filmes*, Vesentini relata uma experiência com a utilização de filmes para se ministrar uma determinada matéria.

Ele mostra a possibilidade de se apresentar o conteúdo de uma matéria através de filmes; porem, ressalta a importância de não deixar o filme falar por si. O filme deve ser analisado pelo professor antes de ser exibido e posteriormente junto com os alunos como qualquer outro documento.

"Entender filmes como parte de um curso supõe, no mínimo, o mesmo trabalho oferecido a outros documentos ou a textos da biblioteca. Nas experiências aqui comentadas a fita não foi vista como pura ilustração, nem como obra que já mostre um conteúdo (evitando-se análise ou discussão). Ela é

¹ Ibidem P.79.

parte da temática e merece tanta consideração quanto qualquer texto de época”⁵.

Os autores Edimundo Epifânio Dias e Severino Garcia Neto, no artigo *O Uso do Vídeo em Sala de Aula*, divergindo dos outros autores, manifestam uma preocupação com a utilização de novas técnicas, em especial o filme, na sala de aula.

Para eles a imagem de um filme sobre uma época qualquer pode vir a deturpar a imagem histórica, possibilitando uma falsa representação da época na memória dos alunos.

Os autores, em suas experiências com vídeos, relatam os seguintes problemas: o perigo da ilustração pelos documentários e, ainda mais agravante, a ilustração de um filme de ficção. Para os autores os filmes, por mais bem montados que sejam, ainda são precários.

“Em um filme, uma obra de ficção, o caracter científico é inexistente ou, na melhor das hipóteses, secundário. Corremos sérios riscos de deformar a visão de uma época da História e induzir o aluno a aceitar filmes “históricos” como documentos históricos, que poderão marcar o resto de suas vidas”⁶.

Com isso os autores percebendo essa confusão que o filme poderia causar resolvem afastá-lo enquanto ilustração do programa a ser cumprido.

⁵ VESENTINI, C. A. “História e Ensino. O Tema do Sistema de Fábrica Visto Através do Filmer”. In: NADAI, Elza (org.) *Perspectivas do Ensino de História*. São Paulo: Anais São Paulo, FEUSP, 1988. P.194.

⁶ DIAS, E. E. & GARCIA NETO, S. “O Uso do Vídeo na Sala de Aula”. In: NADAI, Elza (org.) *Perspectivas do Ensino de História*. São Paulo: Anais FEUSP, 1988. P.303.

Percebemos em Edimundo e Severino uma falha, pois eles deixaram que o filme falasse por si ao passo que dessa maneira a utilização do filme em momento algum se fará melhor que o livro didático em questão.

Portanto se não houver com o filme o mesmo comprometimento em relação aos documentos históricos, esta nova tentativa de se resgatar uma história mais crítica pode se tornar tão prejudicial quanto o próprio livro didático (da maneira que hoje ele é utilizado).

Ao mesmo tempo em que percebemos a necessidade de recorrer a outras fontes de informações (como, por exemplo, o filme) para formar o saber histórico, devemos encará-las com a mesma seriedade de quando se trata de um registro impresso.

Não obstante, na obra de Jean-Claude Bernardet e Alcides Freire Ramos, é apontado uma outra postura para com o filme, no qual, os riscos do uso da produção cinematográfica devem requerer sim uma atenção criteriosa e não justificar que estes riscos sirvam como elementos determinantes para o não uso de tais produções.

Os filmes documentários devem ser analisados para se constatar a veracidade de suas informações, tal como qualquer outra fonte de pesquisa; ao passo que os filmes de ficção requerem uma análise ainda mais minuciosa, pois, nesse caso, estaremos trabalhando com a imaginação e não com uma interpretação da realidade.

Farei um breve comentário sobre filmes documentários. Não me atarei muito nesse contexto, mesmo porque o tema central deste trabalho é um filme de ficção.

Os filmes documentários não são reproduções da realidade, são construídos sobre uma interpretação da realidade.

Na filmagem de um dado acontecimento são usadas várias técnicas como: posição da câmera, montagem, trilha sonora, cortes e outras.

Alcides e Bernardet nos dão um belo exemplo: “o tema da greve dos metalúrgicos de São Bernardo em 1979. Dois filmes foram gravados ao mesmo tempo, *Greve* (1979), de João Batista de Andrade, e *Dia Nublado* (1979), de Renato Tapajós. Ambos estavam no mesmo contexto. No entanto, são filmes com abordagens diferentes, mostrando mais uma vez que filmes documentários são interpretações e não reflexos ou reproduções da realidade.

Dia Nublado mantém-se, o mais possível, ligado aos acontecimentos passando a acompanhar cronologicamente o suceder dos acontecimentos, evitando extrapolações.

Greve opera diversamente. No início, imagens e depoimentos de operários colocam o tema da greve como um fato. *Greve* não pretende ficar nos fatos de São Bernardo em 1979, mas, primeiro inseri-los num quadro mais amplo que os explique e justifique”⁷.

Portanto, no momento em que um professor resolver utilizar um filme, documentário ou não, como forma alternativa de fugir da mesmice do livro didático, deverá analisá-lo lembrando de todas as técnicas utilizadas para se fazer um filme e, ao mesmo tempo, conscientizar-se de que ele não é a reprodução da realidade e sim uma interpretação de determinado acontecimento.

O professor não pode cometer o erro de deixar o filme falar por si, como ressaltam os autores.

⁷ BERNARDET, Jean-Claude & RAMOS, Alcides Freire. Cinema e História do Brasil. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 1992. P.54.

“As fontes historiográficas em geral e o filme, em particular, não existem apenas em si mesmas”⁸.

Selva Guimarães Fonseca, em seu artigo *Ensino de História: Diversificação de Abordagens*, mostra-se preocupada com a desvalorização da História no ensino médio e fundamental.

A autora cita Fenelon para afirmar a necessidade de se formar professores de História que tenham a mesma capacidade para pesquisa que um historiador que se especializou em pesquisa

“(...) não, a entendermos como restrita, à formação do pesquisador com suas sofisticções de tarefa maior que a do ensino. O verdadeiro ensino sempre pressupõe pesquisa e descoberta”⁹.

Selva, neste contexto, tem como proposta estimular o desenvolvimento de pesquisas no ensino médio e fundamental, buscando a produção da História e não a mera reprodução que vem se arrastando por longos anos. Ela não se prende à teoria, faz relatos práticos de algumas pesquisas que foram realizadas

⁸ Ibidem. P. 40.

⁹ FONSECA, Selva G. “Ensino de História: Diversificação e Abordagens”. In: Silva, Marcos Antônio (org.) *História em Quadro-Negro: Escola, Ensino e Aprendizagem*. Revista Brasileira de História. ANPUH, São Paulo: Marco Zero 1989. P. 199.

“Em outra situação de ensino/aprendizagem Leme relata experiência de pesquisa em História numa 5ª série do 1º grau, na qual objetivavam ‘reconstituir’ a história dos bairros Jardim Leonor e Jardim Nova Europa, de Campinas, de onde se originaram os alunos envolvidos no estudo” (Leme, 1986)¹⁰.

A autora tem a mesma preocupação que já foi citada por Vesentini e Abud sobre o livro didático enquanto fonte principal de pesquisa e o seu comprometimento com o capitalismo.

“Portanto, o livro didático é uma mercadoria e, como tal, em uma sociedade capitalista, está invariavelmente submetido às leis do mercado”¹¹.

Em seguida propõe um trabalho alternativo à não-adoção do livro didático ou um trabalho crítico com o livro.

Para finalizar seu artigo Selva discute uma questão importantíssima que é a utilização de diferentes linguagens no ensino de História, mostrando vários vieses para uma boa produção histórica onde o professor pode usar música, literatura, teatro, cinema, fotografia e outros documentos para despertar o interesse e a melhor compreensão de seus alunos.

¹⁰ Ibidem. P.200.

¹¹ Ibidem. P.201.

“Na opinião dos professores que participaram da experiência ‘filmes e slides’ são recursos altamente recomendáveis a serem usados em História, por tornarem menos abstrato o assunto estudado.

Percebe-se, neste caso, que a linguagem é utilizada para introduzir a matéria de forma motivadora ou para complementar os estudos, objetivando ‘fixar’ o que foi visto; ou ainda, dar concretude ao tema”¹².

Adalberto Marson recupera o tema “livro didático” em seu artigo *Reflexões Sobre o Procedimento Histórico* com uma apreciação importante sobre a abolição da escravidão.

No livro didático a abolição aparece como um fato que melhorou a vida dos negros e que só pode ter acontecido por um gesto de benevolência da Princesa Isabel.

Marson problematiza essa questão e mostra que o eixo principal da abolição é outro totalmente contrário ao apresentado nos livros didáticos.

A partir da data de 13 de maio de 1888 os ex-escravos tiveram sua situação mais complicada, porque, de maneira nenhuma, foram aceitos como cidadãos pela sociedade.

Se antes eram tidos como mercadoria, seus donos, bem ou mau, os alimentavam, abrigavam e vestiam. Com a abolição, os ex-escravos deixam de ser propriedade privada e passam a se apresentar no mercado como mão-de-obra livre, que na maioria das vezes, é rejeitada em prol dos brancos.

Um trecho de *Menino de Engenho*, citado por Marson, ilustra bem essa questão:

¹² Ibidem. Pp. 206-7.

"(...)Quando veio 13 de maio, fizeram um coco no terreiro até alta noite. Ninguém dormiu no engenho, com zabumba batendo. Levantei-me de madrugada, para ver o gado sair para o pastoreador, e me encontrei com a negrada de enxada no ombro: iam para o eito. E aqui ficaram comigo. Não saiu do engenho um negro só. Para essa gente pobre a abolição não serviu de nada. Vivem hoje comendo farinha seca e trabalhando o dia. O que ganham nem dá para o bacalhau. Os negros enchiam a barriga com angu e ceará e não andavam nus como hoje, com os troços aparecendo. Só vim a ganhar dinheiro com o açúcar com a abolição. Tudo que fazia antes era para comprar e vestir negros.

Nítidamente, o corte do tempo, 13 de maio, carrega um duplo significado (cada um, realmente, diferente): para os negros nada; para o senhor proprietário, oportunidades de lucro"¹³.

Outro trecho do artigo de Marson é de suma importância para ilustrar o descaso do livro didático em relação à história dos vencidos:

"(...)Esses indivíduos, e toda a seqüela de representações morais, jurídicas e políticas preenchiam a condição essencial para sua própria utilização

¹³ MARSON, Adalberto. "Reflexões Sobre o Procedimento Histórico". In: SILVA, Marcos A. (org.) Repensando a História. ANPUH, Núcleo de São Paulo, São Paulo: Marco Zero, 1984. P.63.

como força de trabalho, simples coisas iguais entre si diante da objetividade do mercado, meros fatores de produção, na realidade nunca encarados como pessoas, porque reduzidos a massas e sem história, e consequentemente esquecidos e desfigurados nos registros de perpetuação da memória”¹⁴.

Portanto, fica evidenciado que o livro didático precisa ser complementado para atender as necessidades da construção do saber histórico. Resta-nos, então, o comprometimento de buscar essas alternativas de complementação para contribuir com a construção de um saber histórico mais dinâmico e crítico. Porém, devemos usa-las com seriedade para que não se tornem repetitivas para o ensino da História como tem sido o livro didático.

Feito este balanço dos problemas do livro didático, relacionarei as dificuldades encontradas em resgatar a História de Minas Gerais no século XVIII, especificamente a participação do negro no contexto social.

Os livros didáticos pesquisados, salvo raras exceções, se comprometem em transmitir apenas uma visão única, a do proprietário de minas, da burguesia urbana, empregados de alto escalão da Coroa Portuguesa, dos padres católicos, entre outros, que detinham o poder, deixando de expressar a do elemento que dá sustentáculo à economia: o negro, bem como sua participação e influência nos acontecimentos históricos.

Além de abordar apenas uma face da História, o livro didático facciona os acontecimentos, desprezando a conjuntura. Alguns abordam só a religião, outros o

¹⁴ Ibidem.

econômico/social, outros citam superficialmente o negro como parte integrante da sociedade, deixando margem para um aprofundamento à parte e os últimos fazem um balanço não tão superficial da participação do negro na História.

Na sequência faccionada dos acontecimentos supracitada relatarei, a partir desse momento, uma breve síntese de cada livro didático consultado na tentativa de resgatar o contexto histórico de Minas Gerais no século XVIII.

Augusto de Lima Júnior relata sobre a formação religiosa. Os portugueses migram para o Brasil atraídos pelo ouro e na bagagem trazem as imagens dos santos de sua devoção.

A maioria das cidades eram edificadas ao redor das igrejas construídas pelos sonhadores do ouro.

“Em 1756 havia em Vila Rica 80 padres e em Sabará 42. Outras profissões foram exercidas quase exclusivamente por sacerdotes, que acumulavam atividades espirituais e temporais”¹⁵.

O autor não cita a religiosidade nativa dos negros, bem como não registra a existência de Irmandades religiosas formadas pelos negros.

Antônio Mendes Júnior, Luiz Roncari e Ricardo Maranhão preocupam-se em salientar o esplendor, ostentação e euforia da sociedade. Vila Rica, no apogeu da mineração,

¹⁵ LIMA JÚNIOR, Augusto de. 1829-1979: A Capitania das Minas Gerais. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1978. P.42.

torna-se mais importante que Salvador e Rio. Neste momento há um grande aumento do consumo. Vai-se buscar na Europa os conhecimentos intelectuais e artístico (cultura). Os mais abastados mandam seus filhos para estudar nas universidades européias.

Alguns negros e mulatos são citados como se já nascessem livres, integrados na sociedade.

"O consumo de alimentos, iguarias, quitutes e roupas, casas só se equiparava ao de cachaça, este comum a todos, seja para aquecer os pés dos escravos nas lavras, seja para estimular as folias de brancos, negros e mulatos"¹⁶.

Vem-nos uma curiosidade: por que alguns negros são escravos e outros não?

Os autores citam também a Rebelião de Vila Rica, chefiada por Felipe dos Santos, insatisfação colonial contra as novas cobranças de impostos metropolitanos.

Cotrim descreve a corrida pelo ouro com a mesma citação de Antonil feita por Nadai.

Ele recai na mesmice: contrabando de ouro, altas taxas e impostos da metrópole sobre a colônia e as revoltas burguesas.

¹⁶ MENDES JUNIOR, Antônio e outros Brasil: História, Texto e Consulta, v. 1, São Paulo: Brasiliense, 1976 p.259

"Contudo, a maior parte do ouro brasileiro escoou para fora do Brasil, servindo para enriquecimento de outros povos. Nem mesmo Portugal lucrou muito com o ouro brasileiro.

A exploração colonial tornou-se mais acentuada e cruel nesse período. Importantes setores da sociedade colonial tomaram consciência dessa exploração e o choque inevitável entre colônia e metrópole traduziu-se em uma série de revoltas"¹⁷.

Mais uma vez, apenas a História da classe dominante é enfatizada no livro didático.

Fausto enfoca o circuito triangular dos metais preciosos: Brasil, Portugal e Inglaterra, a grande preocupação de Portugal em receber os impostos cobrados pelo Rei, as repressões da Coroa sobre aqueles possíveis sonegadores e as revoltas burguesas.

A sociedade é constituída por uma população diferenciada. Não há só mineradores, há também advogados, padres, fazendeiros, artesãos e vários outros.

Existe uma grande separação de classes: os escravos, que são a base de sustentação, uma ampla camada de pessoas livres, porém pobres e as grandes riquezas concentradas em poucas mãos.

Fausto também enfatiza o contraste econômico metal precioso e fome, progresso e estagnação.

¹⁷ COTRIM, Gilberto. História do Brasil (para uma geração consciente). 9ª ed.(reformada e atualizada), São Paulo: Saraiva, 1989. P.86.

“O retrocesso da região das minas foi nítido, bastando lembrar que cidades de vida tão intensa se transformaram em cidades históricas com o sentido também de estagnadas”¹⁸.

Alencar, em seu livro, retrata o tema “Minas - século XVIII” através de retalhos teóricos, onde ele “joga” as informações sem aprofundá-las.

Imaginemos que um aluno do ensino médio ou fundamental tivesse o interesse ou a necessidade de explicar como se deu a participação dos negros no processo histórico do ciclo do ouro em Minas. Analisando o livro de Alencar, em cada parágrafo ficaria um ponto de interrogação.

Ele cita a presença negra na sociedade como tipos lendários. “A presença negra na civilização que nascia nas Gerais aparece em tipos lendários como Chica da Silva, ‘Chica que Manda’ e Chico Rei, o negro liberto que comprava cartas de alforria para seus irmãos de cor.

Mas a segregação continua: surgem Igrejas e Irmandades religiosas só para pretos”¹⁹.

Só neste parágrafo citado surgem várias questões: os negros eram apenas tipos lendários? Como Chico Rei foi liberto? Mais ainda, como ele libertava seus irmãos?

O aluno que pesquisa sobre o negro e sua situação real não conseguiria concluir seu trabalho através da ajuda desse livro didático, bem como de muitos outros na mesma situação.

¹⁸ FAUSTO, Bóris. História do Brasil. 2ª ed., São Paulo: Edusp/Desenvolvimento da Educação, 1995. P.106.

¹⁹ ALENCAR, Francisco, RAMALHO, Lúcia Carpi e RIBEIRO, Marcus Venício Toledo. História da Sociedade Brasileira. 2º grau. 2ª ed., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985. P.59

Luiz Koshiba expõe em seu livro na parte econômica a decadência das lavouras canavieiras, a insuficiência alimentar e a escassez de mão-de-obra em Pernambuco e Bahia, as últimas causadas pela corrida do ouro.

A mineração requeria baixo investimento com promessas de lucro imediato. Portanto, deixavam de investir em lavouras para migrarem para as Minas.

Na abordagem político-social *Koshiba* ressalta a Revolta de Vila Rica e a Inconfidência Mineira, ambas suscitadas por burgueses insatisfeitos com o grande aumento de impostos sobre o ouro.

O contratamento feito em larga escala tornou impossível o controle da cobrança dos impostos estipulados pelo rei de Portugal. Em consequência, o rei aumentava os impostos e taxas sobre o ouro, tornando inevitáveis as revoltas supracitadas.

Em nenhum momento o negro está inserido no processo histórico econômico, social, cultural ou político e, de repente, *Koshiba* afirma: "O crescente número de negros e mulatos livres passa a dedicar-se a ocupações variadas(...)"²⁰.

Como e por que esse número de negros está crescendo? A História não fala de articulações ou revoltas que possibilitariam estas liberdades.

Nadai relata a corrida do ouro citando Antonil

²⁰ KOSHIBA, Luiz e PEREIRA, Denise Manzi Frayze. História do Brasil. São Paulo: Atual Editora, 1979. P.76.

"A sede insaciável do ouro estimulou tantos a deixarem suas terras e a meterem-se por caminhos tão ásperos como são os das minas, dar conta do número de pessoas que lá estão"²¹.

Esse grande número de pessoas concentradas nas minas criou grande contraste na economia brasileira. Fome contrapondo com a riqueza nas Gerais, todo o trabalho concentrado nas minas e suprimentos insuficientes para tanta gente. Esta era uma crise inicial.

Com o crescimento da economia mineira, Minas Gerais transformou-se no centro polarizador, gerando uma crise nacional. Todas as mercadorias eram dirigidas para lá, deixando o resto do país sem o suprimento necessário, bem como o grande aumento no preço das mercadorias cada vez mais escassas.

Na parte político-social novamente é citado o contrabando, altas taxas e impostos cobrados pela metrópole sobre o ouro e a revolta da burguesia que não estava disposta a dividir sua riqueza com o Rei de Portugal.

Nadal, ao contrário de outros autores pesquisados, faz uma breve, e não tão superficial, citação do negro como participante no processo histórico. Ela fala sobre as confrarias, suas organizações e metas.

²¹ NADAI, Elza e NEVES, Jomá. História do Brasil: da Colônia à República. 13ª ed. (reformada e atualizada), São Paulo: Saraiva, 1990. P.76.

“Como se sabe, a Coroa proibiu terminantemente a instalação de qualquer ordem religiosa.

Em decorrência dessa medida, surgiram associações voluntárias, de fins piedosos ou caritativos, que assumiram muito do trabalho social que hoje seria realizado pela igreja ou pelo governo, as Irmandades ou Confrarias.

O catolicismo português mostrou forte tendência, mas apareceram manifestações exteriores do culto católico e isso deve ter sido reforçado pelas influências do elemento africano...”²²

Apesar de não ir a fundo na questão da participação do negro na sociedade, pois aborda apenas as Irmandades como viés da participação negra, Nadai estimula a pesquisa de como o negro se articula em prol de suas alforrias.

“Consta que negras, com a cabeleira empoada de ouro, lavavam a cabeça na pia batismal das igrejas e o ouro assim recolhido deveria ser usado para a compra de alforrias”²³.

Parte daí o questionamento: o negro se articulava apenas nas Irmandades? Ou sua participação no contexto histórico era mais intensa?

²² Ibidem P.105.

²³ Ibidem P.23.

A partir dessas abordagens, percebemos o quanto a participação do negro é ignorada pelos autores de livros didáticos. Percebemos também dois problemas cruciais: primeiro, o descaso pela conjuntura total da História e, segundo, o comprometimento com a História oficial, que tem como principal objetivo resgatar a memória dos grandes heróis e seus feitos para o progresso de nosso país.

Os negros não aparecem como parte integrante e participante da sociedade do período em questão. Os temas que abordam a participação negra são imperceptíveis nos livros didáticos. Portanto, podemos afirmar que os livros didáticos, em questão, se mostraram insuficientes para a aprendizagem do tema proposto, pois neles a participação negra enquanto agentes ativos de sua História está oculta, havendo neste caso a necessidade de alargar os horizontes recorrendo a outras fontes de informações.

CAPÍTULO II

AS IRMANDADES NA SOCIEDADE ESCRAVISTA MINEIRA

Irmandades, Conceituação e Tipologia

As irmandades caracterizam-se com seu momento e ambiente, dando origem a uma ampla diversidade de formas. Elas possuem traços comuns. Todas têm como objetivo o crescimento do culto. Porém, as necessidades do espírito somam-se às necessidades do corpo. Neste contexto, fica difícil separar a celebração eucarística da assistência material.

Assim, as irmandades assumem um papel suplementar ao da Igreja e, ao mesmo tempo, do Estado.

*"Enquanto as corporações de ofício atendiam às necessidades profissionais de seus integrantes, as irmandades e, de modo especial, as Misericórdias encarregavam-se dos encargos assistenciais e espirituais"*¹.

Fica claro que corporações e confrarias não têm o mesmo significado. Ambas têm objetivos diferentes.

¹ BOSCHI, Caio César. Os Leigos e o Poder. Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, Coleção Ensaios 116., 1986. P.12.

"Nas confrarias os assuntos profissionais não contavam como preocupação primeira. Em seu interior o espírito cristão que inspirava a ereção das Misericórdias cedia lugar a preocupações temporais e terrenas, como foi dito. Nessa medida, é curioso notar que as irmandades, enquanto entidades coletivas, traziam em seu bojo acentuado individualismo, isto é, podiam ser entendidas também como centro catalizador de individualidades atemorizadas pela morte e pela doença e ávidas por um espaço político. Para essas associações convergiam todas as espécies de sentimentos e aspirações. As relações comunitárias faziam-se na medida exata da identificação entre os que dela participavam. Simultaneamente, integravam indivíduos e liberavam seus anseios de libertação, passando, assim, a ser também o canal de manifestação de seus membros, o veículo de suas queixas, o palco de suas discussões. Isso se dá principalmente em relação às irmandades de negros, únicas instituições nas quais o homem de cor podia exercer dentro da legalidade"².

"Certas atividades que pairavam acima de sua condição (...) onde, esquecida a sua situação de escravo, poderia viver como um ser humano"³.

² Ibidem. P. 14.

³ SCAPANO, Julieta. "Devoção e Escravidão: A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII". In: BOSCHI, C.C. Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1926. P. 14.

Podemos perceber que as irmandades tinham um duplo papel: primeiro, atender aos anseios espirituais e, segundo, atender aos anseios pessoais frente à atrocidade da realidade social.

Com as várias formas dessas associações temos também uma terminologia variada. Usarei uma citação do Código do Direito Canônico para fazer a diferenciação entre irmandades e confrarias, que são o eixo principal do meu trabalho.

“As associações de fiéis que tenham sido eretas para exercer alguma obra de piedade ou caridade se denominam pias uniões, as quais, se estão constituídas em organismos, se chamam irmandades. E as irmandades que também tenham sido eretas para o incremento do culto público recebem o nome particular de confrarias”⁴.

Nas pias uniões são frágeis os laços que ligam seus componentes, enquanto nas irmandades esses laços são estreitos, com organização hierárquica, com seletivo e restrito ato de admissão de seus componentes. Neste contexto, não houve lugar para as pias uniões em Minas Gerais porque a sociedade exigia nas associações a organização encontrada nas irmandades.

A integração de um componente a qualquer irmandade não se fazia como mera formalidade. Havia nessa integração um compromisso de envolvimento e participação ativa.

⁴ CÓDIGO do direito Canônico. Can. 707, 1º e 2º ed DE LOFENZO, Miguelé Domínguez et alii, Madrid: La Editorial Católica, 1947. P. 221. (APUD) BOSCHI, C.C. Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, 1926. P. 15.

Surgimento e Desenvolvimento das Irmandades Mineiras

É difícil afirmar com exatidão a data em que foram criadas as primeiras irmandades em Minas. Porém, era à sombra do templo que os fiéis se reuniam. Como se sabe, cada povoado que se formava tinha seu próprio templo. Embora simples, eles foram o núcleo e o eixo principal dos arraiais e deles vieram as normas de comportamento para as pequenas comunidades que se formavam.

Um simples aventureiro que chegava em Minas Gerais com o objetivo de enriquecer e voltar para seu local de origem, levava uma vida incerta, pois seu trabalho dependia mais da sorte do que de sua força física, mental ou de sua disponibilidade financeira, e acabava por associar-se a pessoas que padeciam dos mesmos problemas, das mesmas mazelas. Desse modo, quando aos domingos as pessoas dirigiam-se ao arraial para participar dos ofícios religiosos, simultaneamente ao exercer a fé cristã elas buscavam encontrar um ponto de apoio, um local de conforto diante da insegurança e da instabilidade da vida. Com isso, as capelas, além de serem lugares de práticas religiosas, eram palcos das lamenças da vida social. Por conseguinte, ao construir seus templos, os indivíduos não tinham no pensamento apenas os propósitos espirituais. E foi debaixo da sombra das capelas e com perspectiva de associação que os primeiros mineiros se juntaram para formar suas irmandades.

Por essa razão, o estudo das origens históricas e da proliferação dessas associações tem como ponto de partida o caráter religioso e também há de se somar os objetivos beneficentes e de ajuda mútua.

Não se nega que as irmandades européias, especialmente as portuguesas, serviram como modelo e inspiração para as irmandades da colônia, mas, por outro lado, deve-se ressaltar a peculiaridade e a singularidade das associações mineiras.

Em Minas, ao se constituir e se organizar, indo além de suas funções espirituais, as irmandades tornaram-se responsáveis diretas pelos novos rumos da ordem social vigente. A exemplo dos templos e capelas que construíram, elas espelharam o contexto social do qual participaram. Quando as primeiras vilas foram criadas por Antônio de Albuquerque em 1711, a presença e atuação das irmandades já eram muito influentes. Nesta época Sabará possuía pelo menos três irmandades: a de Santa Quitéria, a de Santo Antônio do Bom Retiro e a do Santíssimo Sacramento. Mariana e Vila Rica, a de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos.

Foucas eram as restrições ao erguimento de comunidades. A iniciativa podia partir de qualquer um, leigo ou religioso. A localização das irmandades também era bastante livre. Podia ser em altares, em templos próprios ou em qualquer cantinho cedido por outras irmandades. Isso facilitou a proliferação das instituições.

Não cabia aos religiosos a responsabilidade pela implantação da fé e sim aos leigos, senhores e escravos, indiferentemente de sua condição social. Foi neste contexto que surgiram as irmandades mineiras. Embora tenha sido a Nossa Senhora do Rosário a primeira irmandade documentada em Minas Gerais, as mais numerosas eram as do Santíssimo Sacramento.

Se, em um primeiro momento, o que importava ao negro era encontrar consolo em um santo ao qual se transmitissem as queixas de sua vida difícil, determinando a proliferação das irmandades de Nossa Senhora do Rosário, com o correr do século o interesse voltou-se para Nossa Senhora das Mercês, cujo santo identificava-se com a redenção (nos dois sentidos da palavra: auxílio que se dava para libertar os escravos e o resgate do gênero humano por obra de Jesus Cristo) dos cativos a quem, inclusive oficialmente, delegavam-se poderes de libertar os irmãos cativos através dos pequenos roubos de ouro que os escravos entregavam às irmandades e também dos contrabandos feitos pelas próprias irmandades.

Em suma, o que se quer dizer é que, embora teoricamente a invocação e o culto aos santos tenham sido incentivados por decretos reformistas do Concílio de Trento, eles correspondiam a reivindicações essencialmente imediatistas e temporais, retratando o caráter intimista e familiar do culto.

Nossa Senhora do Rosário, São Benedito, Santo Estevão, Santa Efigênia eram invocações dos negros, não apenas pela cor da pele ou pela identidade de origem geográfica, mas também pela identidade com suas amarguras.

Para os negros, os santos dos brancos não saberiam compreender as dificuldades de sua situação. Devemos lembrar que, no caso específico dos negros, algumas delas foram além em suas obras sociais. Elas funcionavam como veículos de libertação de seus integrantes, ao alforriá-los com o próprio ouro arrecadado dos escravos e com as contravenções feitas pela própria irmandade.

Nessas circunstâncias era fundamental impedir que esses grêmios pudessem vir a representar um organismo forte, com o qual o Estado absolutista viesse a se preocupar. O Estado ficava vigilante quanto à instalação de duas ou mais irmandades com os mesmos oragos e fins na mesma localidade.

*"Em 7 de junho de 1773, emitindo parecer sobre requerimento de confirmação do compromisso da irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos, no Arraial do Morro Vermelho, o Ouvidor da Comarca do rio das Velhas pronunciava-se negativamente, afirmando que a irmandade não se justificava, devido à curta distância (cerca de uma légua) daquela localidade até a igreja matriz de Sabará. E concluía que seria mais coerente erguer um altar na igreja matriz de Sabará, evitando com isso a proliferação de igrejas pobres"*¹

No entanto, é importante lembrar que a severa e permanente fiscalização que a Coroa exerceu sobre as irmandades, em princípio nas Minas Gerais, com o temor que essas associações nascidas de formas tão naturais e não impostas pela metrópole pudessem vir a representar perigo para o Estado. Por isso, era importante controlá-las e Portugal o soube fazer.

¹ BOSCHI, Caio César. Op. Cit. P27-28

Urbanização e Irmandades em Minas Gerais

A descoberta do ouro na região que seria mais tarde Minas Gerais ocasionou uma corrida imigratória sem limites na história da colonização moderna. Trata-se de uma acelerada e assistemática ocupação. Os arraiais erguiam-se onde se houvesse achado ouro.

Souza destaca a peculiaridade do caso mineiro, chamando a atenção para o fato de que a civilização urbana que ali se delineia

“destoa do clássico exemplo e da tradicional concepção das cidades intimamente ligadas ao campo e funcionando como suas prestadoras de serviços, ao mesmo tempo que dependentes das áreas rurais próximas, onde se exerce a atividade básica da população (...) Ficava marcado nos primórdios do século XVIII em Minas Gerais, portanto, o exemplo e a experiência definitiva da aglomeração urbana intimamente integrada à atividade básica exercida no chão sobre o qual se assenta”⁶.

A ocupação inicial da região ligou-se diretamente à exploração das riquezas do solo. A formação no sentido da vida urbana que viria a caracterizar a capitania originava-se, pois, da

⁶ SOUZA, Washington Peluso Albino de. “As Lições das Vilas e Cidades de Minas Gerais”. In: IV Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte: UFMG, 1977. P. 111 (APUD). BOSCHI, C.C. Op. Cit. P. 29.

forma em que eram distribuídas as datas, dando à urbanização de Minas um tratamento antiético à dispersão e à descontinuidade encontradas no litoral.

Assim, à medida que a vida era condicionada pela extração do ouro, outras atividades foram organizadas para lhe dar suporte e respaldo. Sabe-se hoje que o que manteve as povoações mineiras não foi a extração do ouro e sim o comércio, administração, as forças militares, a variada produção cultural e as associações leigas. O ouro, em si, não chegou a gerar riquezas para as pessoas que com ele lidavam no dia a dia.

Embora nascidos espontaneamente, os aglomerados urbanos mineiros não puderam escolher seu destino. Sua administração era feita pelo Estado português.

Contudo, quanto mais dura foi a ação fiscalista do Estado, mais se manifestava o espírito associacionista da população, como se evidencia na grande quantidade de associações leigas surgidas em Minas.

Quem observa os mapas percebe que elas se organizaram nos mais distantes rincões da região aurífera, podendo analisar ainda, pelo gráfico, como se proliferaram⁷.

⁷ BOSCHI, Caio César. *Op. Cit.* Pp. 185, 186, 206, 213.

Capitania de Minas Gerais **Divisão Político-Administrativa** **e Divisão Eclesiástica**

DIVISÃO ECLESIASTICA:

○ FREGUESIA DA COMARCA DE MARIANA

1 Catas Altas do Mato Dentro, 2 Inficionado, 3 Camargos, 4 A. Perera, 5 São José da Barra Longa, 6 São Caetano, 7 Mariana, 8 São Sebastião, 9 Sumidouro, 10 Monte Furquim, 11 Guarapiranga, 12 São Manuel do Rio Pomba

△ FREGUESIA DA COMARCA DE VILA RICA

1 Itabira do Campo, 2 Casa Branca, 3 São Bartolomeu, 4 Cachoeira, 5 Vila Rica, 6 Congonhas, 7 Ouro Branco, 8 Itatiaia

□ FREGUESIA DA COMARCA DE SABARÁ

1 Macaúbas, 2 Santa Luzia, 3 Sabará, 4 Santo Antônio da Roça Grande, 5 Raposos, 6 Congonhas de Sabará, 7 Rio das Pedras, 8 Rio Acima

▼ FREGUESIA DA COMARCA DE CAETÉ

1 Caeté, 2 São João Batista do Morro Grande, 3 Santa Bárbara, 4 São Miguel do Praxcaba, 5 Antônio Dias, 6 Curral Del Rei

● FREGUESIA DA COMARCA DA VILA DO PRÍNCIPE

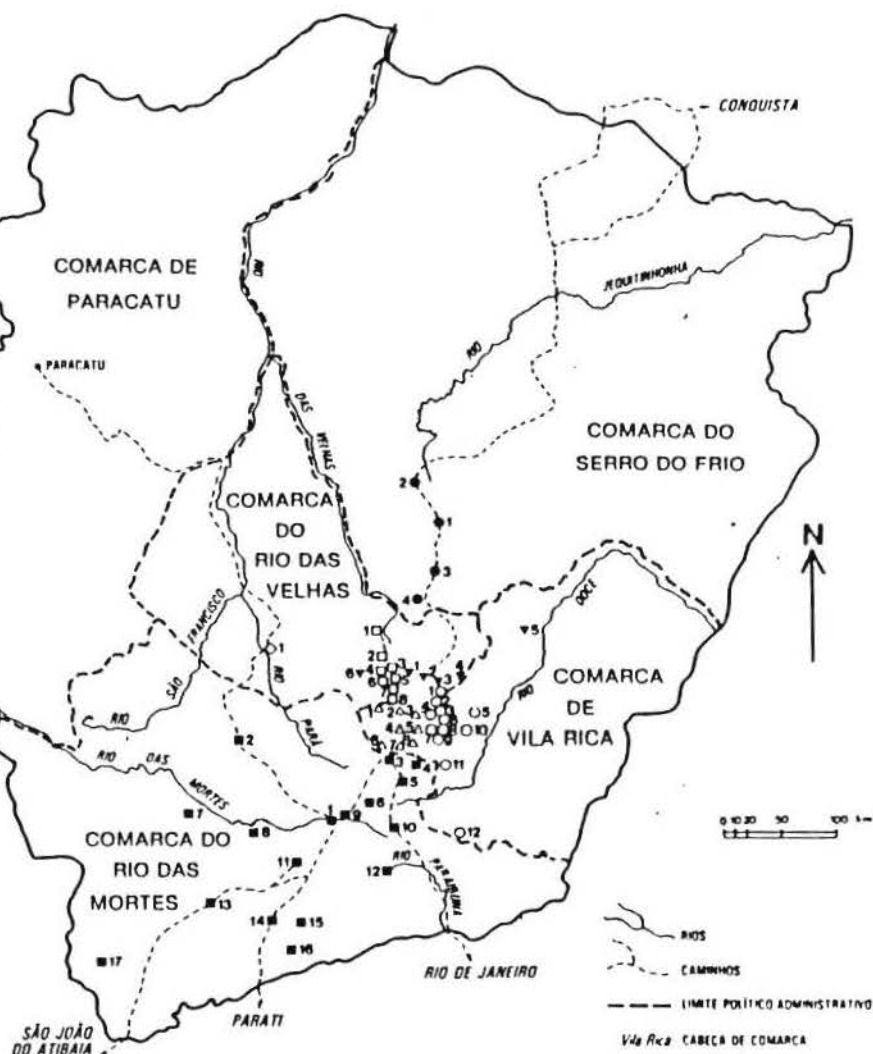
1 Vila do Príncipe, 2 Tejuco, 3 Conceição do Mato Dentro, 4 Gaspar Soares

◇ FREGUESIA DA COMARCA DA VILA DO INFANTE

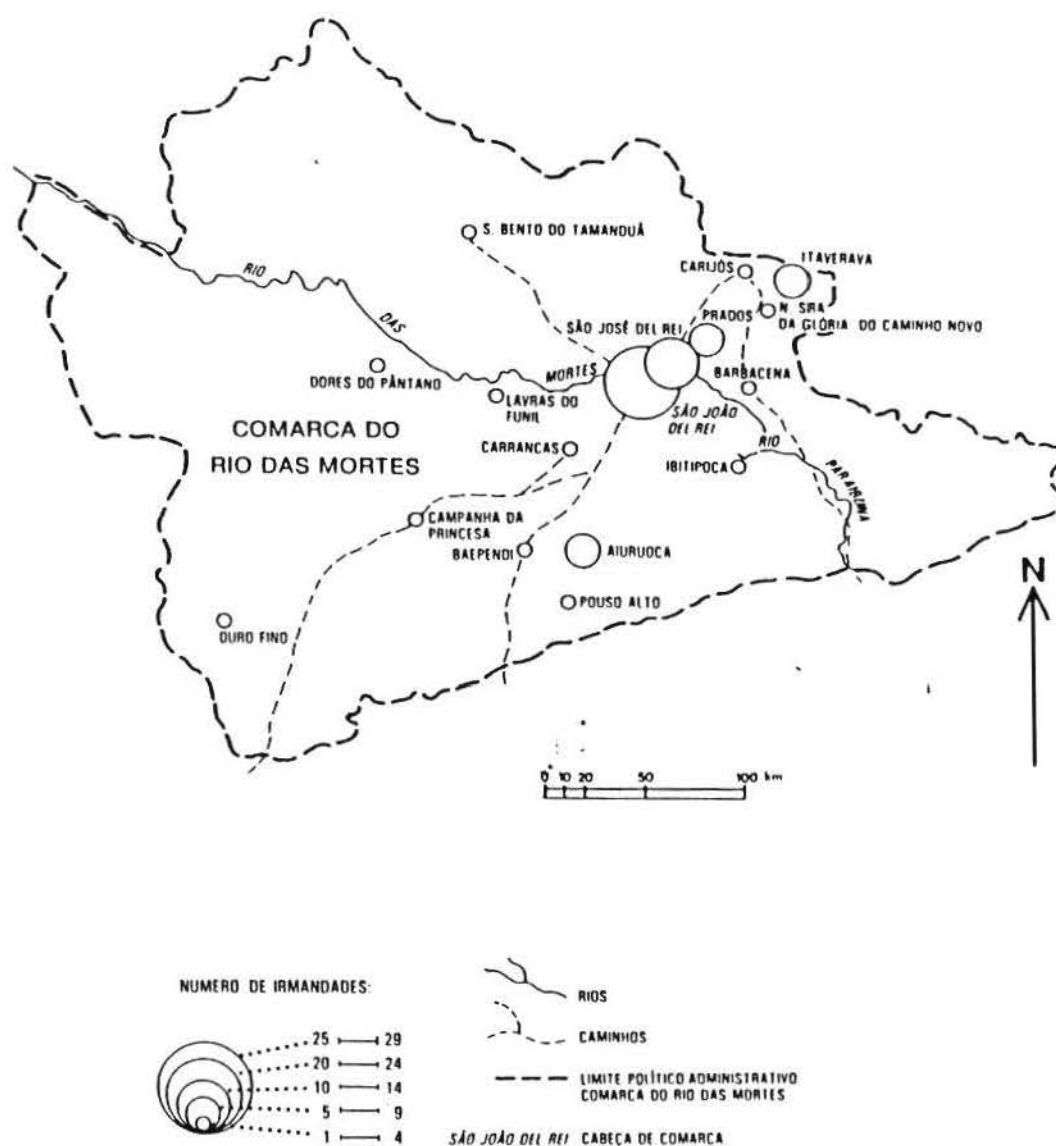
1 Pitangui

■ FREGUESIA DA COMARCA DE SÃO JOÃO DEL REI

1 São João Del Rei, 2 São Bento do Tamanduá, 3 Carijós, 4 Itaverava, 5 N. Sra. da Glória do Caminho Novo, 6 Prados, 7 Dores do Pântano, 8 Lavras do Funil, 9 São José Del Rei, 10 Barbacena, 11 Carrancas, 12 Ibitipoca, 13 Campanha da Princesa, 14 Baependi, 15 Auroreca, 16 Pouso Alto, 17 Ouro Fino



Divisão Eclesiástica — Comarca de São João Del Rei — Número de Irmandades por freguesia identificadas nas fontes e na bibliografia consultadas



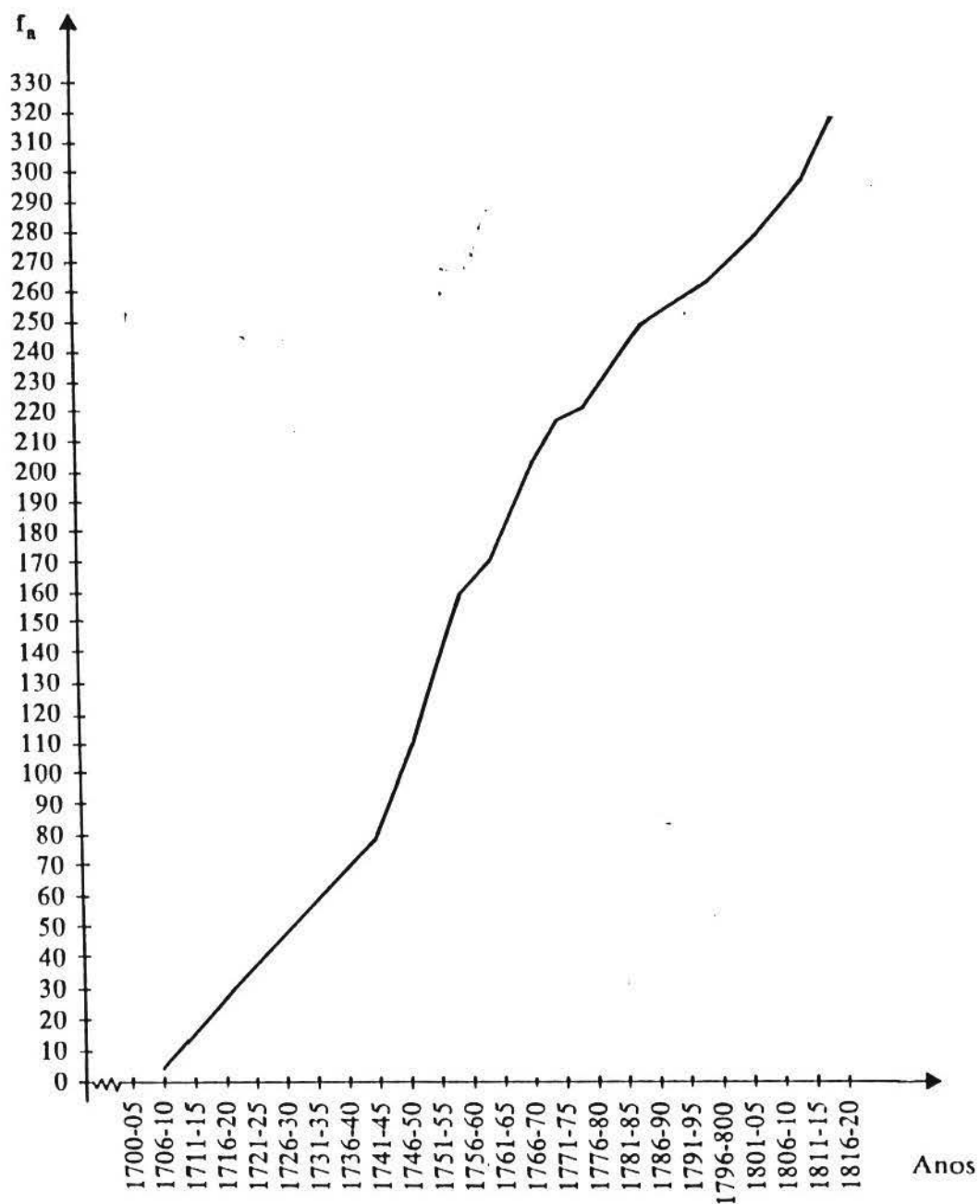
BOSCHI, Caio César. Op. Cit. P. 186

Irmandades coloniais mineiras identificadas nas fontes e na bibliografia consultadas (tabela da evolução cronológica)

Períodos	f	fa	% fa
1700-05	—	—	—
1706-10	3	3	0,93
1711-15	13	16	4,96
1716-20	11	27	8,38
1721-25	11	38	11,80
1726-30	8	46	14,28
1731-35	11	57	17,70
1736-40	11	68	21,11
1741-45	9	77	23,91
1746-50	28	105	32,60
1751-55	37	142	44,09
1756-60	20	162	50,31
1761-65	10	172	53,41
1766-70	25	197	61,18
1771-75	18	215	66,77
1776-80	5	220	68,32
1781-85	17	237	73,60
1786-90	11	248	77,01
1791-95	7	255	79,19
1796-800	5	260	80,74
1801-05	11	271	84,16
1806-10	11	282	87,57
1811-15	16	298	92,54
1816-20	19	317	98,44
Subtotal	317	317	98,44
Século XVIII	1	318	98,75
Data não declarada	4	322	100,00
Total geral	322	—	—

Nota: Esta tabela foi elaborada com base nas datas mais remotas encontradas na documentação consultada.

Irmandades coloniais mineiras identificadas nas fontes e na bibliografia consultadas (gráfico da evolução cronológica)



Nota: Este gráfico foi elaborado com base nas datas mais remotas encontradas na documentação consultada.

BOSCHI, Caio César. Op. Cit. P. 213.

Por outro lado, as irmandades chegaram a se constituir antes da instalação do aparelho burocrático e militar, o que permite arriscar a dizer que a vida urbana em Minas Gerais consolidou-se mais pelas irmandades do que pelo Estado português, pois as irmandades se responsabilizaram por grande parte das funções urbanas.

Enfim, não deve causar surpresa o fato de que as irmandades acompanharam de perto as mudanças nas atividades econômicas e sociais em Minas no decorrer do século. Nesta medida, elas não estiveram à margem da grande movimentação demográfica que afetou Minas Gerais na virada dos setecentos, mas sim inseridas neste contexto.

A Igreja Mineira no Século XVIII

No estudo das igrejas não se pode deixar de lado a instituição do padroado e a tributação eclesiástica.

O rei de Portugal comprometeu-se a prover e a sustentar o culto divino, além da construção e manutenção dos templos. Além disso, o provimento do clero fez-se de forma regular e sistemática (havia uma cobrança pela prestação de serviços religiosos). Tudo isso mediante o ajuste financeiro, com o rateio das cobranças, transformando as coisas espirituais em um lucrativo comércio.

A falta de uma política que regresse os poderes dos religiosos transformou os eclesiásticos mineiros em homens do século, que faziam do sacerdócio uma atividade profissional lucrativa. Tudo que era exercido pelo clero, até mesmo os toques dos sinos, eram tributados.

Com o passar dos anos a questão se agravou e no final do século tornou-se mesmo crítica. Havia neste momento uma acusação dos párocos contra as irmandades, alegando que estas não se submetiam a eles e que esvaziavam as matrizes, em um desrespeito dos fregueses aos direitos paroquiais. Além disso, não davam mais ajuda e não custeavam os ofícios religiosos das matrizes, empregando seus recursos nas suas próprias capelas e igrejas.

O Clero Mineiro

A corrida de aventureiros para a região das minas trouxe em seu bojo incontáveis religiosos. Com isso, podemos afirmar que pelo menos parte dos religiosos não tinham propósitos evangelizadores e sim uma prática política colonizadora portuguesa para a região, justamente com a prática do Padroado e do mercantilismo tributário-fiscalista metropolitano.

A Coroa ordenava aos bispos da Bahia e do Rio de Janeiro que enviassem sacerdotes à região das minas a fim de tentarem serenar os ânimos e edificar as igrejas. Ao mesmo tempo, mantinha-se uma severa vigilância sobre os religiosos já existentes nas Minas Gerais e procurava-se limitar ao máximo este número, pois sobre o clero ali existente pesava a acusação de ser

revoltoso, ambicioso e simoniaco, além de refratário ao pagamento de impostos, atitude que estaria transmitindo à população.

Porém, é importante lembrar que tais medidas não tiveram bom resultado. Por outro lado, também não se desconhece o fato de que tais medidas não objetivaram apenas os religiosos de ordens primeiras. Alcançaram também as ordens terceiras.

Contudo, a política portuguesa não pretendia excluir os clérigos e sim limitá-los a um número necessário aos serviços religiosos daquela época.

“ Como era impossível que na Capitania de Minas deixassem de residir sacerdotes para a administração dos Sacramentos e demais funções santas da Religião e por isso não podiam ser expulsos, como o foram os Frades, se determinou pelas Ordens de 19 de Mayo de 1723, de 16 de Fevereiro de 1722, passada em virtude da Resolução de 13 e 21 de fevereiro de 1738, que se não consentissem nas Minas clérigos desnecessários, e só aquelles que fossem precizos para os serviços das Igrejas”⁸.

Mesmo com essa vigilância é possível verificar que a legislação não foi totalmente cumprida. Basta ver o anexo 17. Por ele fica demonstrada a presença de quase duas centenas, ou

⁸ COELHO, José João Teixeira. “Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais”. Belo Horizonte: RAPM, 1903, v.2, P.499. (APUD) BOSCHI, C.C. Op. Cit. P.82.

seja, de 43, 91% do clero existente na capitania que estava em outras funções sem vínculos com a Igreja e tão somente com o uso de Ordens.

É importante lembrar que esse clero, além de vagar sem rumo, parecia estar muito mal preparado para o desempenho da missão evangélica e sacerdotal. Por isso, a Coroa esteve sempre atenta, embora de forma insuficiente, para saber o número de religiosos existentes na colônia, procurando impedir que esse elemento viesse a desarticular o sistema.

O Estatuto Político-Ideológico e a Prática Colonial

Em um momento de revoltas contra o fisco, presença ostensiva das tropas, tensões sociais do próprio sistema colonial e outros abusos de poder, a Coroa encontrou nas irmandades parte das respostas pelas quais ela ansiava.

A religião nas minas coloniais, representada pelas irmandades, não foi um fator de negação do Antigo Regime. Ao contrário, o que se pode observar é que, através das irmandades, a religião em Minas Gerais permaneceu sendo um de seus sustentáculos, isto é, para além de ser uma forma de consolo dada por Deus aos homens, ali funcionou como o melhor ou mais seguro meio para conservar a tranqüilidade e a subordinação necessária para a manutenção do Estado.

As irmandades receberam do Estado o encargo de certas atribuições essenciais para o convívio social, particularmente aquelas relativas ao assistencialismo. Embora se admitisse como norma de bom governo que o amparo aos pobres deveria ser obrigação do Estado, a verdade é que isso não acontecia e esta tarefa recaía sobre as instituições particulares.

As irmandades já nasceram como forma de expressão local, diante da consciente omissão do Estado, cumprindo uma função social extremamente importante na mutualidade. Ao subvencioná-las o Estado detinha o controle de suas ações.

Por isso, repita-se, nas Minas Gerais pertencer a uma irmandade era condição indispensável mesmo depois da morte, pois nem todos tinham sepultamento garantido. Ao vislumbrar nas irmandades um importante aliado, o Estado lançou mão de várias estratégias

para obter seu apoio, um dos quais (o essencial) o auxílio financeiro. Com isso o controle tornava-se mais fácil.

É verdade que se encontram irmandades preocupadas em suavizar os maus tratos recebidos pelos seus membros e em alforriá-los, mas, ao mesmo tempo, não se encontram irmandades que contestaram a instituição escravidão ou que levantaram uma bandeira em prol da abolição, embora tenham sido foro privilegiado, talvez o único, para reuniões e debates no período colonial. Presas ao Estado, as irmandades passaram longe dos movimentos separatistas.

Julita chega a afirmar que

*"pelo que nos é dado conhecer, as confrarias de pretos de Minas Gerais nunca tomavam posição contrária ao princípio da escravidão"*⁹.

As Irmandades na Sociedade Escravista Mineira

As irmandades mineiras atendiam a todos os objetivos comuns das pessoas, não apenas quanto à religião. Por isso, tornara-se indispensável à vida dos indivíduos.

Era necessário ser irmão, pois esse "título" supria as necessidades espirituais e sociais do indivíduo e assegurava um enterro digno após a morte. As relações no âmbito das

⁹ SCARANO, Julita. Op. Cit. P.83. (APUD) BOSCHI, C. C. Op. Cit. P.169.

irmandades nem sempre diziam respeito à religião. Era mais comum a intimidade relacionada às necessidades dos indivíduos. As irmandades de negros, além de expressarem o sincretismo religioso, representavam uma das poucas formas (ou talvez a única) de associação da população de cor, possibilitando-lhe uma certa resistência à atual condição de vida do africano.

Se é verdade que as irmandades de negros não lutaram pelo fim do sistema escravista, não é menos verdade que sem elas, certamente, desapareceria qualquer propósito de solidariedade intragrupal. Por isso, elas foram um lugar privilegiado da sociedade praticada na colônia. E, nessa medida, os negros souberam utilizar-se delas como um instrumento de defesa e de proteção contra os rigores da escravidão.

As irmandades de negros buscavam a igualdade, porém, a sociedade estratificada não permitiu sua existência e as relações sociais eram determinadas pela distribuição do indivíduo no sistema produtivo. O máximo permitido às irmandades negras eram alguns privilégios.

As irmandades evitaram que o negro caísse na anomia. Contudo, não permitiam ao escravo a auto-afirmação para não causar danos ao sistema.

A personalidade do escravo era castrada pelo dominador, que estava presente nas irmandades negras, seja como componente da diretoria ou mesmo como “protetor”.

Nem mesmo a alforria dava ao escravo a condição de igualdade (social) em relação ao homem livre. Assim, os negros alimentavam a ilusão de igualdade no plano da religião, minimizando a expressão cultural dos grupos originais.

Portanto, a permissão para se erguer as irmandades negras foi uma política que procurava preservar as relações de dominação e submissão.

"Trata-se de um processo de assimilação unilateral, onde o negro e o mulato incorporavam às suas personalidades comportamentos e atitudes dos brancos com os quais conviviam. Em decorrência, ao contrário dos quilombos, as irmandades acabaram se tornando uma forma de manifestação adesista, passiva e conformista das camadas inferiores, onde não se formou uma consciência de classe e, por conseguinte, onde inexisteu uma consciência política"¹⁰.

As irmandades assumiram um papel conservador, onde mistificavam a realidade, atendendo à ideologia dominante. Fritz Teixeira de Salles, analisando o caso mineiro, chamava a atenção para o fato de que a absorção do catolicismo pelos negros destruiu as seitas africanas, prejudicando a incorporação de muitos valores estéticos da cultura negra às tradições e a cultura que então nascia. Finaliza por identificar nesse

"fato a pequena contribuição dos negros para a cultura mineira, ao contrário do que se manifesta na Bahia"¹¹.

¹⁰ BOSCHI, C. C. Op. Cit. P.156.

¹¹ SALLES, Fritz Teixeira de. "Associações Religiosas no Círculo do Ouro". Belo Horizonte: UFMG/ Centro de Mineiros, 1963. P.114. In: BOSCHI, C. C. Op. Cit. P.157.

As irmandades, na sua essência, eram fracionadas, pois havia um pré-requisito para a admissão, evitando um grupo homogêneo, porque, além da estratificação étnica das irmandades de pessoas de cor, existiam as distinções tribais.

Os negros não perceberam que essas divisões eram benéficas somente aos brancos, pois isto significava menos perigo para o grupo dominante.

“Desunidos, os grupos sociais facilitavam sua subordinação ao fortalecido Estado”¹².

Em Minas praticavam-se várias formas de alforria. Portanto, as portas não estavam irremediavelmente fechadas para o negro. O negro libertado através de vários mecanismos se redefiniu socialmente.

Especialmente o trabalho artesanal e a competência, a habilidade, destreza e o fino senso estético dos mulatos possibilitaram a quebra da rígida hierarquia de estratos sociais existente em Minas.

Porém, essas oportunidades foram concebidas e não conquistadas.

“(...) Defendendo e preservando a ordem existente, foram os brancos que definiram os limites da aquisição de status social das outras camadas e, por isso, as alternativas de ascensão ou de obtenção de privilégios foram sempre

¹² BOSCHI, C. C. Op. Cit. P. 160.

concessões feitas pelos brancos e não conquistas obtidas por iniciativa dos mulatos"¹².

A boa convivência entre mulatos e brancos, além de facilitar o convívio social, servia para esconder os conflitos causados pelo sistema. Além do mais, as ocupações dos mulatos não ameaçavam o estatuto da dominação. Concomitantemente, era necessário que os mestiços introjetassem alguns hábitos dos brancos e, conseqüentemente, acabariam por se tornar um fator de manutenção do sistema.

Neste contexto, as irmandades serviram como veículo de ascensão social. Mas é importante salientar que, no nível jurídico-institucional, as irmandades de brancos, de mulatos e de negros foram equivalentes. Porém, no nível social essa equivalência não existiu.

Era importante fazer com que os negros assimilassem a fé católica como fonte de consolo e as irmandades atuavam como veículo operacionalizador dessa política. As irmandades tinham uma postura contraditória: ao mesmo tempo em que abrandavam o sofrimento dos negros castravam a sua individualidade.

O mulato em si, pela sua origem, poderia ser um elemento desestabilizador do sistema. Porém, ao se filiar a uma irmandade, se alienava.

"Aderindo às irmandades, o mulato cedeu a elas seus direitos e vontades enquanto indivíduo, pondo de lado uma eventual resistência violenta e política

¹² Ibidem. P. 166.

ao sistema e se acomodando à sombra harmoniosa e adesista das irmandades, numa míope opção pelo branqueamento social”¹⁴.

Desta forma, as irmandades tinham um duplo trabalho: integrar o negro à sociedade e inibir qualquer iniciativa violenta contra o sistema. Em outro prisma, as irmandades serviam como veículo alienante do negro da sua real condição de escravo, facilitando, assim, a manutenção do sistema.

“A Igreja funcionou ainda como um instrumento contra a união dos negros. Criou irmandades onde separava as nações africanas, impedindo que nagôs e bantus, por exemplo, se encontrassem (...). A igreja tratou ainda de separar nessas irmandades os mulatos, os crioulos e os negros”¹⁵.

Com esses métodos a Igreja impedia que nas irmandades fosse criado um foco de resistência contra o sistema escravista; com a separação dos grupos não havia perigo de trocas de informações, o reencontro de famílias, a solidariedade e outros laços que pudessem fazer com que os negros se unissem contra o sistema vigente.

“A origem das irmandades que exerceriam um papel importante no Brasil, principalmente em Minas e Bahia, durante a mineração remonta ao ano

¹⁴ Ibidem. P. 172.

¹⁵ CHIAVENATO, J.J. O Negro no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. P.112.

de 1264, quando o papa Urbano IV inventou a festa do Santíssimo Sacramento e criou as irmandades e confrarias para comemorá-la. As irmandades mineiras e baianas nasceram daí e serviram no Brasil menos para a festa do Santíssimo Sacramento e mais para o 'amansamento' dos negros, afastando-os também da igreja dos senhores. (...) Os negros têm a 'sua' Igreja, a 'sua' irmandade, não precisam ir à Igreja 'dos' brancos. Satisfazem-se com isso; a divisão pacífica entre negros e brancos nas irmandades é bem visível em Ouro Preto de 1715 a 1743"¹⁶.

Para alguns historiadores, nas irmandades havia um foco de luta social, mas, na verdade, o processo é totalmente o oposto. As irmandades foram criadas para servirem de veículos de dominação, onde os negros eram disciplinados e, com isso, havia um atraso em sua formação de consciência social. As irmandades procuravam prender a atenção dos negros para reivindicações banais, evitando, assim, a luta pela liberdade.

"Havia por parte da Igreja esse interesse em preservar os alicerces da escravidão, porque esse era um negócio lucrativo para a Igreja. É fácil verificar que foram os padres da Igreja Católica, atendendo aos interesses econômicos da

¹⁶ Ibidem. P.113.

*Santa Sé (5% do tráfico para a Ordem de Cristo), que justificaram ideologicamente a escravidão negra no Brasil*¹⁷.

Para defender esse negócio lucrativo a Igreja criou a ideologia de que era preciso trazer o negro para cá, salvar suas almas, batizá-los na fé cristã e, dessa maneira, tirá-los da escuridão da ignorância.

A Igreja só se pronunciou contra alguns abusos dos senhores em 1835 e 1838, após a Lei Áurea. Neste momento se manifestou a favor da abolição.

Neste contexto, sob a visão de Chiavenato, as irmandades, enquanto criação da Igreja Católica, têm como objetivo apenas alienar os negros conservando, assim, bem firme a base do sistema escravista.

¹⁷ Ibidem P.120.

CAPÍTULO III

CHICO REI, UMA REPRESENTAÇÃO DA SOCIEDADE ESCRAVISTA MINEIRA

Neste terceiro capítulo apresentarei o filme *Chico Rei* e, ao mesmo tempo, procurarei salientar algumas “divergências” observadas durante minha pesquisa entre livros didáticos, a bibliografia especializada e o próprio filme supracitado.

Chico Rei é dirigido por Walter Lima Junior, um cineasta brasileiro ligado ao movimento conhecido como *Cinema Novo*. O diretor em seus filmes procura dar uma visão abrangente dos problemas básicos da sociedade brasileira, mostrando a realidade nua e crua, abalando assim alicerces que pareciam sólidos²⁴.

No filme *Chico Rei*, Walter Lima faz uma abordagem da participação social do negro em Minas Gerais no século XVIII que diverge das outras fontes pesquisadas (como já foi citado).

Porém, apesar do filme ser uma ficção que narra uma lenda, devemos levar em consideração algumas passagens dele, pois em uma sociedade que tem como base de sustentação a escravidão é impossível pensar que estes escravos tenham sido agentes passivos na História como é passado para os alunos do ensino médio e fundamental na maioria dos livros didáticos e é

²⁴ Alguns filmes do diretor:
Menino de Engenho - 1965
A Lira de Delírio - 1978
Inocência - 1983

importante salientar que, na maioria das vezes, ou quem sabe sempre, a bibliografia especializada sobre o assunto em questão não é utilizada na sala de aula.

Deixar o filme falar por si nos remeteria ao mesmo erro de usarmos o livro didático como fonte única de saber.

Portanto, em seguida apresentarei a minha defesa pela apresentação do filme para os alunos do ensino médio e fundamental, ao mesmo tempo, levantarei algumas críticas sobre determinadas abordagens que o filme propõe.

Com a leitura dos capítulos anteriores, percebemos muitas vezes lacunas nos livros didáticos quando tratam das organizações de negros (em especial as Irmandades). O filme *Chico Rei*, neste sentido, pode vir a preencher essas lacunas. Por isso, insisto na necessidade de o professor do ensino médio e fundamental utilizá-lo em sala como uma rica e controvertida fonte de informação.

Chico Rei é narrado por duas pessoas que se intercalam durante o filme. Um dos narradores é um negro de quilombo e o outro é um padre que participou da captura de negros no Congo.

O diretor, neste filme, trata o tema escravidão (captura, transporte, comércio e trabalho) de forma bastante clara, buscando mostrar os “dois lados da moeda”. Assim, traz a luz a trajetória do negro lutando por sua liberdade, apresentando com clareza a consciência que o negro tinha de sua posição no meio social.

No filme, o cineasta mostra os dois caminhos, Irmandades e Quilombos, que os negros escolheram para lutarem contra a escravidão e discriminação da qual sua raça era vítima.

A película narra a história de um rei africano que é capturado, no Congo, junto com sua família e todo seu povo. Eles foram coagidos e capturados por uma tribo africana rival que passou a tratá-los como animais e foi sob esta condição que passaram a ser tratados (animais, objetos, mercadorias, etc.)

A cena, que mostra os negros sendo capturados, começa com os capturadores montados a cavalo com laços, chicotes e armas de fogo nas mãos. Os negros são laçados e arrastados do meio das matas para o litoral onde são obrigados a embarcarem nos “navios negreiros” (tumbeiros).

Os negros que se recusam a andar são chicoteados, arrastados e, até mesmo, mortos antes de embarcarem.

O modo como o filme retrata o tráfico é muito marcante. É importante lembrar que todo negro, antes de embarcar nos “tumbeiros”, é batizado na Fé Cristã, livrando-os assim do “pecado” e criando, com isso, uma base para a igreja justificar a escravidão e preservar este lucrativo negócio para ela.

“Nem poderia ser diferente a posição da Igreja no Brasil, quando se sabe que a escravidão negra é um negócio entre a Santa Fé e a Coroa de Portugal. O Papa Nicolau V, em janeiro de 1454, autoriza o mercado escravo de africanos pela bula Romanus Pontifex, argumentando que o negro batizado e ‘resgatado’

para fê católica é negro salvo para a eternidade. Por trás disso, Portugal pagava juros e comissões sobre o tráfico”²².

É interessante voltar às cenas que trazem detalhes de suma importância e ainda fazer observações quando necessário.

Antes dos negros embarcarem eles são destituídos de tudo, bens materiais, cultura, crença, religião, hábitos, dos direitos humanos, idioma, família e até mesmo de seus nomes, pois com o batismo há uma aculturação. O batismo, neste caso, significa: esqueça o que você foi, pois agora você será um “Francisco” cristão e escravo.

No filme, o padre se arrepende de ter participado do tráfico negreiro amenizando desta forma a culpa da Igreja no negócio e transferindo esta culpa para os negociantes do tráfico.

Há uma cena na qual o “Capitão do Navio” conversa com um outro tripulante, que também é um negociante do tráfico; neste momento ele diz que o padre não serve para o negócio, ao passo que os dois continuam no ramo.

Neste instante, há necessidade de se desfazer essa diminuição de culpa e dar à Igreja a parcela de responsabilidade que lhe é devida.

Nos “tumbeiros” os maus tratos são ainda maiores. Os negros são acorrentados, amontoados como porcos e alimentados como tais. Faltava, inclusive, água e ar. As famílias são separadas e na maioria das vezes há uma mistura de povos para dificultar a comunicação entre eles. As mulheres são separadas dos homens. Além dos maus tratos, elas sofrem abusos sexuais.

²² CHIAVENATO, J. J. *O Negro no Brasil* 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 112.

Quando os negros estavam nos “fumbeiros”, ao apresentarem resistência, recebiam castigos. Eram amarrados nos mastros do navio e chicoteados até ficarem banhados em sangue e desacordados.

Há uma cena interessante que merece ser comentada. Quando começa uma tempestade e é necessário diminuir a carga do navio por causa do peso, o Capitão decide jogar 40 mulheres ao mar. Outro integrante do navio propõe jogar 20 mulheres e 2 vacas. O Capitão, porém, não aceita, alegando serem mais úteis as vacas. Portanto, o Capitão considera prioritária a mercadoria mais cara ou mais útil. Por isso, essa cena retrata de forma didática como os negros são vistos apenas como mercadorias. Suas vidas e a condição humana são insignificantes para os traficantes.

Na cena do transporte, o diretor foi muito feliz, pois ele retratou muito bem os maus tratos recebidos pelos negros durante as viagens.

“Amontoados em infectos porões, sem qualquer cuidado de higiene, alimentação precaríssima e sem comida fresca, era comum os africanos contraírem moléstias que se transformavam em epidemias. Os doentes iam sendo jogados ao mar para não contaminarem o resto da mercadoria. Atravavam ao mar os negros vivos (...).

Nos navios negreiros, todo espaço era ‘economizado’ para os negros. Eliminava-se ao máximo a carga supérflua: carga supérflua geralmente era o alimento que os negros consumiam na travessia da costa africana para a

brasileira. For isso, faltava até água (...) Tudo para ganhar espaço eliminando-se os tonéis d'água."²⁶

Quando o "Rei da África", que será conhecido como Chico Rei, está saindo do navio, um negro que trabalha no navio lhe passa informações importantes. Esclarece para onde eles vão e os contatos indispensáveis para a luta contra a escravidão.

No desembarque dos negros no Brasil, a trilha sonora, que é cantada por Milton Nascimento, apresenta uma música de fundo.

*"Saudade é palavra sangue
O que nos ficou do que foi tomado
Da terra restou o sonho
Que atravessa o oceano
Da mulher um arrepio
Dos Filhos um cheiro doce,
da liberdade descalça
Sobrou o desejo da vida ..."*²⁷

²⁶ Ibidem, p. 125.

²⁷ "CHICO REI" (3-12) (Wagner Tiso - Fernando Brant), Milton Nascimento In: CHICO PEI (Trilha Sonora do Filme). Sem Livre, 1985.

Ela mostra a condição de desenraizamento, saudade de sua vida natural e desespero pela vida vindoura.

Em uma cena, o capitão do navio negreiro diz a seu sócio que, com a vida que os negros vão ter, muitos sentirão saudades de seu navio.

Chico Rei e outros negros, ao chegarem em Vila Rica, assistiram ao enforcamento de Felipe de Freitas que representa o líder da “Rebelião da Vila Rica”, em 1720, contra as Casas de Fundação Régias.

Neste momento, a conjuntura política e econômica do país estava atravessando várias crises. Havia conflitos entre Colônia e metrópole. Uma facção da elite colonial lutava para a independência do Brasil.

Neste contexto, os negros se aproveitavam desta crise por meios de Irmandades nas quais trabalhavam em favor de sua liberdade.

A classe dominante estava dividida. Uns lutavam pela libertação do Brasil, visando com isso mais lucros. Os outros, pelo mesmo motivo, apoiavam a Metrópole. Percebe-se a existência de uma crise interna, além dos conflitos Metrópole/Colônia.

Junto a esse “nativismo”, lutam as Irmandades pelo processo de libertação. Ambos, porém, com diferentes objetivos. Neste sentido, aproveitavam a força política do outro procurando proveito para sua causa em específico. Mais uma vez, o diretor retrata com perfeição as crises internas de nosso país.

Felipe de Freitas, que aparece sendo enforcado na chegada de Chico Rei, representa Filipe dos Santos que era um português que comandou 2.000 revoltosos que lutaram

contra a nova lei das Casas de Fundição do ouro. A Metrópole havia imposto novas medidas para tentar fiscalizar melhor a quantidade de ouro que era retirada das minas tentando impedir, desta forma, o contrabando, a sonegação de impostos e o roubo.

"O maior sinal de insatisfação dos habitantes perante a volúpia do fisco foi o levante ocorrido em Vila Rica no ano de 1720. Já algum tempo, os funcionários coloniais preparavam a instalação nas Minas das Casas de Fundição; para elas deveria ser encaminhado todo o ouro em pó da capitania, que seria fundido em barras, sofrendo a retirada automática dos 20% correspondentes ao quinto real. As barras recebiam aí um carimbo, provando que o proprietário procedera conforme as normas legais. O ouro que não fosse submetido às Casas de Fundição seria considerado de contrabando, e o proprietário seria punido como contraventor. Contra o estabelecimento de mais esta forma de controle (além do mais trabalhosa, pois os mineiros teriam de percorrer longas distâncias para legalizar seu ouro) e protestando pelo excesso de impostos sobre alimentos e instrumentos de trabalho, boa parcela de Vila Rica, sob o comando do tropeiro Filipe dos Santos, levantou-se em armas. Na manhã de 14 de julho, o governador Pedro de Almeida, Conde de Assumar, marchou sobre a vila, ocupando-a com uma coluna de 1.500 homens armados. A seguir, prendeu os cabeças do motim, humilhou-os publicamente e condenou à morte, ilegalmente, Filipe dos Santos. Seu corpo, feito em pedaços foi exposto à

beira das estradas, ficando-se sua cabeça no pelourinho da vila. A revolta provocou também a definitiva separação administrativa das capitanias de São Paulo e Minas Gerais."²²

A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário é indicada pelo negro do navio e, logo depois, Chico Rei será mais um de seus membros. A Irmandade já estava trabalhando pela libertação da escravidão.

Chico Rei e seu povo eram mineradores no Congo. Ele era um profundo conhecedor do trabalho das minas. Chico Rei é comprado por Major Seixas. Filho de portugueses e devedor da Coroa portuguesa, era um homem simpatizante do movimento "nativista" que visava a libertação do país, o que poderia fazer desaparecer a sua dívida.

No comércio dos negros, as famílias são destruídas e eles são examinados como cavalos: os compradores olham os dentes, as orelhas e o físico.

Na cena que mostra o comércio, o diretor retrata muito bem esse exame sofrido pelos negros e a própria indiferença do negro quanto ao desconforto da situação. Chico Rei e seu filho Francisco são examinados olhando-lhes os dentes, as orelhas e o porte físico, enquanto uma negra tem seus seios apalpados e é observado seu corpo bonito.

"Eram examinados como animais: apalpados, dedos enfiando-se pelas bocas, procurando os dentes para adivinhar a idade ou conferir se o vendedor"

²² BAPROS, Edgard Luis de, Tiradentes. São Paulo: Moderna, 1985, p. 19.

não mentia. Os órgãos sexuais objetos de cuidadosa inspeção, as mulheres tendo os seios manipulados e os genitais escancarados para a avaliação da sua qualidade como objeto sexual ou 'parideiras'."²⁹

Chico Rei é leilado em praça pública. É comprado por 10 000 réis, um alto preço em relação aos outros escravos. Isso se deu pelo fato dele ser profundo conhecedor de minas de ouro. Seu filho, também denominado Francisco, é vendido para ser rastreador de negros fujões; seu novo dono se refere a ele como um macaco novo.

Logo em seguida, Chico entra na mina acompanhado pelo Major Seixas e é advertido de que será livre caso encontre ouro na mina. Chico Rei pergunta pelos outros, dizendo que só será livre se seu povo também for.

Major Seixas sai afirmando ironicamente que Chico Rei deve encontrar ouro para mandar para o outro Rei, o de Portugal.

Quando Chico Rei e seu filho são vendidos, eles são separados e, ambos lutarão pela liberdade, porém por caminhos diferentes: o primeiro por meio de Irmandades, o segundo nos quilombos.

A sociedade mineira, como já citei, estava dividida (uma parte ligada a Metrópole e a outra discordante da situação em que se encontrava). Com isso, havia particularidades da sociedade que propiciaram a fuga dos escravos e a formação de quilombos. Nesta conjuntura, fermentavam sucessivas revoltas.

²⁹ CHIAVENATO, J. J. Op. cit. p. 127.

“De todos os quilombos existentes em Minas Gerais, possivelmente, embora não seja certo, o mais importante - pela duração e número de quilombolas reunidos - foi o de Campo Grande, ajuntamento que muito trabalho deu às autoridades mineiras, antes de ser destruído embora outras, como o de Ambrósio, fossem apontados como mais numerosos. Em 1741 já se tinha notícias desse reduto como sendo de alta periculosidade (...)

O Quilombo de Campo Grande estendia-se numa superfície considerável, entre as capitanias de Minas Gerais e Goiás (...). A segurança dos seus moradores era, incontestavelmente, um dos aspectos mais importantes e o seu sistema organizativo interno estava vinculado, como não poderia deixar de ser, à segurança dos mesmos.”³⁰

Outro quilombo que deu muito trabalho às autoridades mineiras foi o Quilombo do Ambrósio.

“Outro ajuntamento que muito trabalho deu foi o Quilombo do Ambrósio. Foi um dos mais famosos de Minas Gerais e resistiu durante muitos anos às investidas lançadas contra ele.”³¹

³⁰ MOURA, Clóvis. Rebeliões da Senzala. 4ª ed. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988. p. 109-110.

³¹ Idem, p. 114.

Muitos outros quilombos foram formados em Minas dentre eles: o de Sapucaí, o de paraibuna, o de Pitangui e outros.

Os escravos mineiros organizavam sublevações nas vilas e cidades onde assassinavam os senhores, queimavam suas casas, destruíam as plantações e matavam as criações. Muitas vezes essas revoltas contavam com a participação dos quilombos.

Mas não foi somente o quilombo a forma de resistência usada pelos escravos mineiros. Procuraram também insistentemente organizar sublevações nas cidades e vilas, aliando-se nesse intento aos quilombolas das matas próximas. Várias dessas insurreições foram registradas e notificadas pelas autoridades do tempo que, nas suas informações à Metrópole, destacavam sempre a periculosidade de que eles se revertiam.”¹²

Walter Lima Júnior, além de oferecer uma grande contribuição, retratando as Irmandades que, muitas vezes, são ignoradas na História, ainda mostra cenas belíssimas da organização e modo de vida nos Quilombos.

Chico Rei logo encontra ouro na mina do Major. Neste momento, ele é guiado por uma visão de Santa Efigênia, tocando ao fundo a música:

“A santa revela o caminho

¹² Ibidem p. 115.

*do ouro no ventre da terra
quem ouve a palavra Santa
será rei, será coroado*"³³

E como foi prometido, Chico Rei recebe sua Carta de Alforria com a música de fundo:

*"Quem é rei sempre será
Se seu reino está plantado
No coração de seu povo

Chico Rei, Chico Rei
Nosso rei sempre será"*³⁴

Logo após, filia-se à Irmandade de Nossa Senhora do Rosário.

Por meio da Irmandade percebe-se que os negros não eram ingênuos e que eles se aproveitavam das brechas dos conflitos políticos e econômicos da Colônia em proveito da luta pela libertação.

³³ "SANTA EFIGÊNIA" (4:25) (Wagner Tiso - Fernando Brant), Milton Nascimento In: "CHICO REI" (4:25) (Wagner Tiso - Fernando Brant), Milton Nascimento In: CHICO REI (Trilha Sonora do Filme). Som Livre, 1985.

³⁴ "CHICO REINA" (3:45) (Espírito Santo - Samuka), Clementina de Jesus (Introdução), Espírito Santo e Coro In: "CHICO REI" (4:25) (Wagner Tiso - Fernando Brant), Milton Nascimento In: CHICO REI (Trilha Sonora do Filme). Som Livre, 1985.

Chico Rei, ao chegar na Igreja da Irmandade, perguntou pela fê africana. Um dos integrantes explica-lhe que os “Orixás” estavam todos na Igreja, só que transformados para serem aceitos na sociedade que passariam a viver.

Nos livros didáticos essa participação e consciência do negro perante a sociedade não aparece.

Na bibliografia especializada há esta participação porem a consciência negra é tida como inexistente e as Irmandades são vistas como veículos de sustentação da própria escravidão, pois amansavam os negros levando-os ao conformismo.

Chiavenato ao citar Fritz Teixeira reforça esta visão.

“Na observância de regras impostas pelos interesses do grupo ao individual (...) proporcionaram às camadas humildes e pobres do tempo um meio de luta, revelando a esses grupos a possibilidade jurídica dessa luta e a relatividade desse jurídico, isto é, relatividade da justiça e sua feição temporal.

Portanto, as Irmandades foram organizações conformadas com a relatividade da justiça e sua feição temporal.”³³

Já no filme, o negro, representado por Chico Rei, é tido como herói, que participa na sociedade, tem consciência de sua posição social e, por intermédio dessa consciência, luta pela sua liberdade.

³³ CHIAVENATO, J. J. Op. Cit. p. 122.

Neste momento, é possível dizer que devemos levar em consideração um “meio termo”, pois nem o negro foi tão inconsciente ao ponto de não usar as Irmandades em prol da liberdade de sua raça, nem tão herói, ao ponto de libertar todo um povo, como é representado na figura de Chico Rei.

Como já foi afirmado, dois caminhos para a liberdade foram abordados pelo diretor Walter Lima Jr.

Primeiro: as Irmandades que se articulavam com a parte da classe dominante que lutava contra a Metrópole, aproveitando o período turbulento que o país atravessava; comprando liberdade, ajudando a organizar quilombos e usando estratégias não violentas, buscando a luta pacífica e que aproveitavam as brechas ou fissuras da política colonialista.

Houve uma luta pela liberdade dentro das Irmandades e conseqüentemente houve vitórias e fracassos.

Segundo: os quilombos nos quais os negros já se consideravam livres e não acreditavam na Ideologia de acordo com a qual a liberdade poderia ser comprada.

Para eles, a liberdade ia muito além daquela que era reconhecida pelos brancos. Liberdade significava conservar suas crenças, costumes, danças e nomes, enfim: toda sua cultura.

Uma cena mostra uns representantes da Irmandade no quilombo, oferecendo ouro para comprar a liberdade. Os quilombolas não aceitam, dizendo já serem livres.

Quando o filho de Chico Rei (Francisco) chega ao quilombo, há uma música de fundo:

Kanjonjo vita auê

Kanjonjo uã

Kanjonjo vita auê

O kanjonjo

o vita auê

Koronjira vita

turó iá

Koronjira vita turó¹⁶

(É manhãzinha

O beija-flor começa a cantar

E o urubu

Já está procurando carniça)¹⁷

Além dessa música, todas as outras tocadas no Quilombo são músicas nativas acompanhadas por tambores e os negros, aparecem nas cenas dançando ou jogando capoeira.

Walter Lima Jr. mais uma vez faz uma bela leitura de como os negros viviam nos quilombos. Mostrando as danças, as lutas de capoeira, o modo de produção, a crença, etc.

¹⁶ "KANJONJO" (2:32) (Domínio Público - Adp. do Grupo Vissungo), Espírito Santo e Samuka In: "CHICO REI" (4:25) (Wagner Tiso - Fernando Brant), Milton Nascimento In: CHICO REI (Trilha Sonora do Filme) Som Livre, 1985.

¹⁷ MACHADO FILHO, Aires da Mata. O Negro e o Garimpo em Minas Gerais. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1985.

Major Seixas, sem condições de pagar suas dívidas (pois no decorrer do filme fica totalmente dependente das habilidades de Chico Rei que as usa em proveito de sua luta, enganando o Major, mentindo a respeito da localização do ouro que ele já havia encontrado) se vê obrigado a vender sua mina a Chico Rei. Neste momento, a música de fundo é:

“Francisco é palavra vida

O que nasceu para ser escravo

O ouro da terra é moeda

Que devolve a liberdade

Um a um ele liberta

Um a um ele reúne

O rei refez seu povo

O rei refaz o seu reino”³²

Chico Rei e a Irmandade compram a mina com o ouro que foi extraído dela própria, com o que foi roubado da Coroa pelo extravio de uma carga aurífera que seria enviada para Portugal e com o ouro que a Irmandade juntava com pequenos roubos.

No filme, existem duas cenas muito interessantes: na primeira, um ourives faz uma falsificação de um “Selo Real” e a Irmandade o usa para roubar uma carga de ouro que seria

³² “CHICO REI” (3:12) (Wagner Tiso - Fernando Brant), Milton Nascimento In: CHICO REI (Trilha Sonora do Filme). Som Livre, 1985.

enviada para Portugal; na segunda, um batismo de negros na Igreja da Irmandade onde o religioso retira da cabeça da negra o ouro que era roubado das minas e escondido nos cabelos sob a música de fundo:

*"A santa revela o caminho
do ouro do ventre da terra
quem ouve a palavra da santa
será rei, será coroado"³⁹*

Depois de serem donos da mina, Chico Rei e os negros começaram a trabalhar para pagar o restante da dívida com Portugal e logo em seguida libertar todos os trabalhadores e outros negros que desejassem comprar a liberdade por meio da mineração.

Ao perceber a força de Chico Rei, os encarregados de Portugal de preservar a ordem na colônia sentiram necessidade de prender Chico Rei, alegando que teria sido ele quem roubou a última carga de ouro que estava sendo enviada para Portugal.

Os representantes da Metrópole se davam o direito de prender e torturar ilegalmente todos que pudessem ir contra a Metrópole isso tanto servia para os brancos revoltosos quanto para os negros.

Major Seixas e Chico Rei sofreram torturas. Na prisão, eles foram espancados e colocados na roda de martírios.

³⁹ "SANTA EFIGÊNIA" (4:25) (Wagner Tiso - Fernando Brant), Milton Nascimento In: "CHICO REI" (4:25) (Wagner Tiso - Fernando Brant), Milton Nascimento In: CHICO REI (Trilha Sonora do Filme) Som Livre, 1985.

Major Seixas só foi libertado quando sua esposa procurou o governador e disse que seu marido teria condições de pagar a sua dívida e Chico Rei foi libertado quando o governador percebeu que poderia ter condições de aproveitar o carisma de Chico Rei em proveito da Metrópole. Seria mais fácil tentar controlá-lo, ao invés de combatê-lo.

O diretor demonstra na cena que o governador esta pensando na possibilidade de aproveitar o carisma de Chico Rei em seu proveito, que os brancos e o Estado estão atentos às organizações negras, controlando-as de uma certa distância, ato que está bem visualizado no segundo capítulo desta monografia pelas obras de Boschi e Chiavenato.

Chico Rei saiu vitorioso em sua luta e o filme termina com um negro narrando sua vitória, dizendo que não se sabe onde ele está, só sabe que ele voltou a ser rei do seu povo.

A última cena mostra uma festa de congado na Irmandade onde Chico Rei está coroado. Segundo Nina Rodrigues,

"Caricata como qualifica o Dr. Ferreira da Costa esta monarquia congolesa, o placet legal que lhe concediam explorando no ânimo dos negros a ilusória concessão de um simulacro de liberdade política, inspirava-se, é todavia, manifesto, num interesse nada fictício de garantia pública em proveito dos brancos dominadores, tal qual era a de terem eles, no seio das próprias agremiações de escravos, neste fingimento de protetorado, um aliado responsável e fiscal dos possíveis desvios da avultada colônia africana. Nessa criação representava o seu papel a influência dos sentimentos religiosos, tão poderosos

nas instituições sociais das raças e povos incultos e inferiores. O culto de Nossa Senhora do Rosário tem sido sempre, desde tempos coloniais, confluído no Brasil aos negros, escravos ou mais tarde livres, e em particular aos negros bantos. Era desta confraria religiosa, deixada como partilha exclusiva aos negros, que os reis de Congo tiravam a sanção divina da sua investidura, como, na licença dada pelas autoridades brancas à sua eleição iam buscar a sanção temporal do cargo. Em todo o caso, era por força da sua dignidade de juizes da festa da invocação do Rosário que os reis de Congo se investiam nas suas funções majestáticas e por ocasião dessa festa se elegiam e coroavam."⁴⁰

Esta última cena, transcorre sob a música

*Quem é rei sempre será
Se seu reino está plantado
No coração do seu povo
Chico Rei, Chico Rei
Nosso Rei sempre será*

*Saudade é palavra sangue
O que nos ficou do que foi tomado
Da terra restou o sonho*

⁴⁰ RODRIGUES, N. Os Africanos no Brasil. Brasília: Ed. da UnB, 1988, p. 32.

Que atravessa o oceano
Da mulher um arrepio
Dos filhos um chelro doce.
Da liberdade descalça
Sobrou o desejo de vida
Francisco é palavra vida
O que nasceu pra ser escravo
O ouro da terra é moeda
Que devolve a liberdade
Um a um ele liberta
Um a um ele reúne
O rei refaz o seu povo
*O rei refaz o seu reino*⁴¹

Nesta última narração, percebemos o exagero da lenda, pois no desembarque o povo de Chico Rei foi separado, os homens foram para Minas Gerais e as mulheres para a Bahia. Sem falar nos que morreram no navio e as mulheres, inclusive a rainha mulher de Chico Rei, que foram atirados ao mar por causa da tempestade.

⁴¹ "CHICO REI" (3:12) (Wagner Tiso - Fernando Brant), Milton Nascimento In: CHICO REI (Trilha Sonora do Filme). Som Livre, 1985.

Ele não voltou a ser rei de todo seu povo e sim daqueles que tiveram o mesmo destino dele e de outros negros que o seguiram.

CONCLUSÃO

Fica bastante evidente que existem falhas no nosso aprendizado desde o momento da escolha dos livros didáticos. Senti que os próprios professores, por motivos diversos, não estão em sua maioria, preparados para conduzir o aluno a um pensamento de crítica e reflexão. Por isso buscam a história tradicional e factual do livro didático de fácil “entendimento” para o aluno. Esse modelo de ensino vem se perpetuando ao longo dos nossos anos, com certeza por falta de aprofundamento por parte do professor em bibliografias especializadas sobre quaisquer assuntos.

Porém quando aprofundamos no conhecimento desta bibliografia, percebemos que nelas existem pontos que não definem bem alguns fatos.

Exemplo disso são alguns relatos encontrados na bibliografia especializada sobre as Irmandades onde os autores afirmam que o negro não tem consciência social.

Discordo destes autores que radicalizam dizendo que todos os componentes em todas as Irmandades eram doutrinados levando-os a lutarem por causas banais esquecendo-se de lutar pelo fim do regime escravista.

Diante destas falhas encontradas concluo que o vídeo é uma das alternativas mais viáveis para preencher as lacunas encontradas tanto nos livros didáticos bem como nas bibliografias especializadas.

No filme há um certo exagero quando Chico Rei é exaltado como herói dando uma visão de glória para os negros e não apenas mostrando-os como agentes normais que lutavam para melhorar sua condição humana, portanto, nele também percebemos falhas.

Por isso é de suma importância salientar que o professor deve ter o comprometimento de análise sobre o vídeo que será apresentado.

Um filme que fala por si pode incorrer nos mesmos erros presentes no ensino atual.

Deve haver uma interação entre todas as fontes de pesquisa, pois, nenhuma por si só consegue alcançar o objetivo final que é retratar a história com maior fidelidade possível e com esse processo de ensino estaremos formando pessoas capazes de analisar criticamente qualquer fato histórico.

BIBLIOGRAFIA

- ABUD, Kátia M. "O Livro Didático e a Popularização do Saber Histórico". In: SILVA, Marcos Antônio (org.). Repensando a História. ANPUH, Núcleo de São Paulo, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.
- ALENCAR, Francisco, RAMALHO, Lúcia Carpi e RIBEIRO, Marcus Venício Toledo. História da Sociedade Brasileira. 2º grau. 2ª ed., Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1985.
- BARROS, Edgard Luis de, Tiradentes. São Paulo: Moderna, 1985.
- BERNARDET, Jean-Claude & RAMOS, Alcides Freire. Cinema e História do Brasil. 2ª ed., São Paulo: Contexto, 1992.
- BOSCHI, Caio César. Os Leigos e o Poder: Irmandades Leigas e Política Colonizadora em Minas Gerais. São Paulo: Ática, Coleção Ensaios 116,, 1986.
- CHIAVENATO, J.J. O Negro no Brasil. 4ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.
- CHICO REI (3:12) (Wagner Tiso - Fernando Brant), Milton Nascimento In: CHICO REI (Trilha Sonora do Filme). Som Livre, 1985.
- CHICO REINA (3:45) (Espírito Santo - Samuka), Clementina de Jesus (Introdução), Espírito Santo e Coro In: "CHICO REI" (4:25) (Wagner Tiso - Fernando Brant), Milton Nascimento In: CHICO REI (Trilha Sonora do Filme). Som Livre, 1985.
- COELHO, José João Teixeira. "Instrução para o governo da capitania de Minas Gerais". Belo Horizonte: RAPM, 1903, v.8, p.499. (APUD) BOSCHI, C.C. Op. Cit.
- COTRIM, Gilberto. História do Brasil (para uma geração consciente). 9ª ed.(reformada e atualizada), São Paulo: Saraiva, 1989.
- DE LORENZO, Miguelé Domínguez et. alii. "Código do direito Canônico". Can. 707, 1ª e 2ª ed. Madrid: La Editorial Católica, 1947. (APUD) BOSCHI, C.C. Op. cit.
- DIAS, E. E. & GARCIA NETO, S. "O Uso do Vídeo na Sala de Aula". In: NADAI, Elza (org.). Perspectivas do Ensino de História. São Paulo: Anais FEUSP, 1988.
- FAUSTO, Bóris. História do Brasil. 2ª ed., São Paulo: Edusp/Desenvolvimento da Educação, 1995.
- FONSECA, Selva G. "Ensino de História: Diversificação e Abordagens". In: Silva, Marcos Antônio (org.). História em Quadro-Negro: Escola, Ensino e Aprendizagem. Revista Brasileira de História. ANPUH, São Paulo: Marco Zero 1989.
- KANJONJO (2:32) (Domínio Público - Adp. do Grupo Vissungu), Espírito Santo e Samuka In: CHICO REI Op. cit.
- KOSHIBA, Luiz e PEREIRA, Denise Manzi Frayze. História do Brasil. São Paulo: Atual Editora, 1979.
- LIMA JÚNIOR, Augusto de. 1889-1979: A Capitania das Minas Gerais. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1978.
- MACHADO FILHO, Aires da Mata. O Negro e o Garimpo em Minas Gerais. Belo Horizonte/São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1985.

- NADAI, Elza e NEVES, Joana. História do Brasil: da Colônia à República. 13ª ed. (reformada e atualizada), São Paulo: Saraiva, 1990.
- RODRIGUES, N. Os Africanos no Brasil. Brasília: Ed. da UnB, 1988.
- SALLES, Fritz Teixeira de. "Associações Religiosas no Ciclo do Ouro". Belo Horizonte: UFMG/ Centro de Mineiros, 1963. In: BOSCHI, C. C. Op. Cit.
- SANTA EFIGÊNIA (4:25) (Wagner Tiso - Fernando Brant), Milton Nascimento In: "CHICO REI" (4:25) (Wagner Tiso - Fernando Brant), Milton Nascimento In: CHICO REI Op. cit.
- SCARANO, Julieta. "Devoção e Escravidão; A Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Pretos no Distrito Diamantino no Século XVIII". In: BOSCHI, C.C. Op. cit.
- SOUZA, Washington Peluso Albino de. "As Lições das Vilas e Cidades de Minas Gerais". In: IV Seminário de Estudos Mineiros. Belo Horizonte: UFMG, 1977. P.111 (APUD). BOSCHI, C.C. Op. Cit.
- VESENTINI, C. A. "História e Ensino: O Tema do Sistema de Fábrica Visto Através de Filmes". In: NADAI, Elza (org.). Perspectivas do Ensino de História. São Paulo: Anais São Paulo, FEUSP, 1988.
- _____. "Escola e Livro Didático de História". In: SILVA, Marcos A. (org.). Repensando a História. ANPUH, Núcleo de São Paulo, Rio de Janeiro: Marco Zero, 1984.